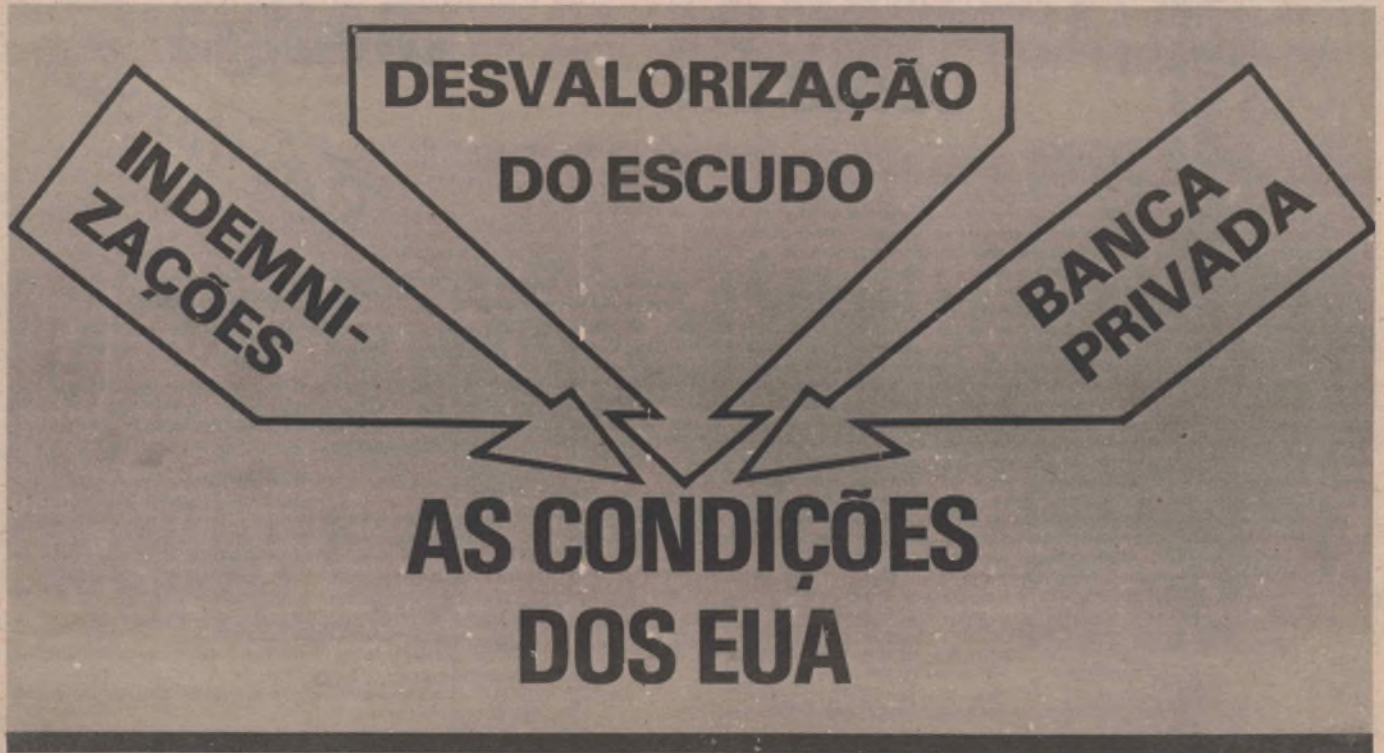


Revolução



- **TÊXTEIS**
- **CONSTRUÇÃO CIVIL**
- **CONTRA OS DESPEDIMENTOS**

**A LUTA
DOS
TRABALHADORES**

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

UNIDADE Afinal como é ?

Na actual situação política todos falam de unidade no vazio, no abstracto.

Mas não chega gritar unidade, é preciso fazê-la com base em princípios, é preciso discutir as divergências para que possam ser superadas.

Quando as divergências são escamoteadas e não se discutem a unidade não é unidade porque quando as divergências depois aparecem (pois elas mais tarde ou mais cedo aparecem) com muito mais sectarismo e com impossibilidade de discussão dão origem à ruptura.

O PCP fala em unidade aos quatro ventos, mas a sua ideologia stalinista de «vanguarda da classe operária» faz com que o seu conceito de unidade seja o de criar

frentes cuja convergência é o PCP.

Quanto ao PCP (R) é a mesma coisa com a diferença que o ponto de convergência é o PCP (R) e as frentes não são as mesmas (mas os objectivos...)

Por seu lado o MES devido à sua falta de espaço político e à última colagem, agora à UDP, aceita e colabora na pseudo-unidade popular do pseudo-MU?

A «unidade popular» projecto da campanha de Oteló é agora deturpada e restringe-se a uma frente MES-UDP/PCP (R) não tardará a ser a UDP (Frente do PCP (R)) que será substituída pelo «MUP». Esta exposição demonstra que se o PRP quiser continuar a ter uma prática e uma tática revolucionárias não poderá parti-

cipar em qualquer tipo de «unidade cupulista» com outras organizações de esquerda.

O PRP tem de desencaixear um processo de unidade na base com princípios e discussão política das divergências com os militantes revolucionários com ou sem partido de maneira a os trabalhadores estarem preparados para o confronto que se avizinha com a burguesia.

Camaradas a unidade não pode ser um mero «slogan», tem de ser unidade revolucionária, isto é, que assenta no princípio da discussão política para a suspensão de divergências.

CONSTRUAMOS A UNIDADE REVOLUCIONÁRIA
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

GEDEL

Lê assina divulga Revolução

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
DO PROLETARIADO
SEDES**

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

Sª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xavier, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges,
Tel. 22961

MARINHA GRANDE — Rua Mar-
ques de Pombal, n.º 65

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Pedroso, n.º 15 — Algés de Cima
Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de
ANDRADE, 1 Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocado, 3
Tel. 28949

BARREIRO — Rua dr. Eusébio
Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Car-
cano Lobo, n.º 312
TORRÃO — Horta Seca — 66132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão
das Covas, n.º 21 Tel. 24998
ALJUSTREL — Rua de Liber-
dade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira
Guedes, n.º 35 — Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043

PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-
bro, 17 — 24658
MONCHIQUE — Estrada da Fola,
9, Monchique.

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA
LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

**UNIVERSIDADE PROLETÁRIA
ERNESTO E LUÍS
LIVRARIA-BIBLIOTECA**

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES.

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS	Semestral	110\$00	Pagamento
	Anual	220\$00	
ESTRANGEIRO	Semestral	400\$00	Em cheque <input type="checkbox"/>
	Anual	800\$00	Em vale <input type="checkbox"/>

ÚLTIMAS MEDIDAS DO GOVERNO CEDÊNCIA TOTAL AO IMPERIALISMO

Na passada 6.ª feira o Escudo foi oficialmente desvalorizado em 15 por cento. Medida há muito tempo imposta pelo imperialismo, foi sempre negada pelo Governo de Soares e surgiu, curiosamente, poucos dias depois da notícia do adiamento do «Grande Empréstimo» de 45 milhões de contos a ser concedidos ao Governo português por um consórcio internacional em que os EUA contribuem com a maior parte.

Imediatamente a seguir vieram as medidas de carácter económico destinadas a apertar ainda mais o cinto aos trabalhadores e abrir ainda mais facilidades ao capital, principalmente estrangeiro.

O ADIAMENTO DO EMPRÉSTIMO

Se bem que seja um facto a existência de razões técnicas como causas do adiamento do «Grande Empréstimo», tais razões não justificam tudo; Carter esperava que Soares pusesse em prática uma política económica que lhe desse mais garantias de «viabilidade». E foi um facto que esse adiamento pôs o 1.º ministro português, entre a espada e a parede pois continuando a perda de reservas ao ritmo em que está (100 000 contos por dia, em Janeiro) Soares encontra-se em breve na necessidade de proceder à venda de reservas de ouro.

E de notar que mal o Conselho de Ministros decretou as medidas económicas exigidas, Carter, para junto do qual Carilucci se tinha deslocado, manifestou a Soares o seu regozijo pelas decisões tomadas e o seu apoio à nova «democracia portuguesa».

Ainda quanto a este empréstimo, que Soares garante não vir acompanhado de condições políticas, apontamos uma «coincidência» curiosa:

Foi recentemente assinado entre

o Governo português e os EUA um acordo respeitante à empresa de rádio RARET (fortemente intervencionada pelos EUA), que lhe permite, durante quinze anos, continuar em território português a fazer emissões para os países de Leste. O funcionamento deste emissor iniciou-se em 1951 e foi interrompido pelo 25 de Abril.

A DESVALORIZAÇÃO E O INVESTIMENTO

No n.º 98 do Revolução era mostrado, num artigo sobre a desvalorização que se avizinhava, como, com ela, o défice comercial se agrava, contrariamente às afirmações de Soares, de que «com esta medida se passará automaticamente a importar menos e a exportar mais».

Por outro lado, as próprias declarações governamentais consideram que a desvalorização de 15 por cento irá produzir um aumento do custo de vida da ordem dos 30 por cento, apontando, como contrapartida, os sectores do turismo e emigração, onde os benefícios seriam mais evidentes; porém se no primeiro caso é bastante provável o aumento provisório do fluxo turístico para Portugal, onde o turista encontrará a curto prazo, a «vida mais barata», no segundo caso, o incentivo que o emigrante sente ao ver que o seu dinheiro vale mais em Portugal pode ser anulado pelo efeito psicológico produzido pela desvalorização: Um Governo que desvaloriza a moeda está a braços com uma economia de rastos.

Contudo estes não são aspectos fundamentais da desvalorização; o objectivo principal é, como é dito por Soares, atrair o investimento. Os investidores privados continuam a não dar ouvidos ao chamamento do Governo, não apontando na hipótese social-democrata e esperando pelo regresso ao enquadramento político existente antes do 25 de Abril, sabendo que a sua retracção bastante contribui para isso. Cabe dizer aqui que o Governo de Soares, zeloso na pretensão de copiar as sociais-democracias europeias, não conseguiu copiar os métodos de dinamização do investimento privado, que passam pelas intervenções dos sectores do Estado.

Os Governos sociais-democratas possuem serviços especializados que orientam e publicam estudos acerca das zonas mais propícias ao investimento produtivo, que orientam e apoiam os capitais dos investidores, chamando o Estado a si o papel de iniciador de determinados investimentos que possam captar os capitais pri-

vados. Aqui, o Governo limita-se a promover por um lado campanhas publicitárias oferecendo créditos, mas por outro os estabelecimentos de crédito levantam determinadas barreiras burocráticas que fazem desanimar muitos «empresários» que os procuram.

Ora esta falta de iniciativa do sector nacionalizado não se deve à incompetência do Governo como afirmam outros tecnocratas; existe porque o Governo não dispõe de meios financeiros suficientes que lhe permitam iniciar esses empreendimentos, tendo pretendido até aqui, pelo contrário, que os «empresários» apliquem o seu dinheiro sem outros estímulos que não sejam a confiança no projecto de Soares.

O Governo fica assim dependente da iniciativa do capitalista e quando este pretende crédito levanta-lhe ou tais barreiras burocráticas na intenção de o «controlar» e de evitar que a referida dependência atinja níveis mais elevados, o que produz de novo a retracção do «empresário».

Este facto gera uma situação em que é o investimento estrangeiro que surge para «salvar Portugal». E como Soares não está em condições de poder enquadrar esse «apoio estrangeiro num plano feito por ele, acontece que são as multinacionais que «planeiam» a economia portuguesa, fazendo as suas exigências, como as indemnizações por nacionalizações e expropriação, a que o Governo já cedeu nos últimos decretos que promulgou.

O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Para o «relaxamento da economia» capitalista por via tecnocrática o Governo burguês poderia teoricamente tomar dois tipos de medidas:

— Actuar directamente nas estruturas produtivas, apoiando-se fortemente nos sectores nacionalizados, baseando-se num plano altamente centralizado, subsidiando pequenas e médias empresas, de modo a aumentar a apropriação interna dos bens essenciais, tornando desnecessária a sua importação ao mesmo tempo que procura manter e os preços desses bens e os salários.

Contudo, esta actuação não seria apoiada pelos sectores internacionais de que Soares depende, nem, evidentemente, pelos partidos à sua direita, e a estrutura económica existente exigiria, para que essa política económica, fosse viável, a existência de recursos financeiros de que ele não dispõe, o que o conduziria rapidamente a uma situação que não controlaria, por necessitar da contenção das lutas dos trabalhadores e como tal do apoio activo do PCP, ficando enredado no projecto da «maioria de esquerda» rumo ao capitalismo de Estado. Este projecto foi palidamente ensaiado pelo Governo de Vasco Gonçalves (com os resultados que conhecemos e que provaram a sua inviabilidade) e é precisamente a ele que Soares atira as culpas



O centro da decisão da economia portuguesa situa-se nos Estados Unidos

da crise, enveredando pelo outro tipo de actuação.

Tomar medidas a nível financeiro (de que a desvalorização é um exemplo) tornando os produtos essenciais importados inacessíveis a grande parte da população procurando com isso mostrar a necessidade de produzir se se quiser comer...

Porém, como, neste sistema, quem decide acerca dos investimentos produtivos é quem nunca passa fome qualquer que seja o custo de vida, deduz-se que não é por se importar menos que o capitalista se verá obrigado a investir. O mecanismo pretendido é outro: a mão-de-obra portuguesa será mais barata para o investidor estrangeiro, o que significa que será principalmente o capital internacional que se sentirá motivado a investir, impondo as condições que quiser a este Governo que não as recusará.

Ora, isto, acompanhado da saída do País dos chorudos lucros obtidos caso haja investimento, contribui para o forte aumento do custo de vida.

O Governo tenta camuflá-la com medidas demagógicas, como, por exemplo um aumento de 500\$00 para os reformados, aumento totalmente ultrapassado pela inflação, ou a definição do «cabaz de compras» em que os aumentos prévios dos preços dos géneros abrangidos anula os possíveis benefícios para os consumidores.

O QUE É O PACTO SOCIAL?

Transcrevemos na íntegra uma carta enviada por um leitor em que é analisada uma questão que tem sido muito focada pelos políticos burgueses nos últimos tempos, e que o próprio Primeiro-Ministro, Mário Soares na sua comunicação ao país na passada segunda-feira referiu — a questão do Pacto Social.

Nos últimos tempos quase todas as forças políticas têm manifestado as mais desencontradas opiniões sobre o PACTO SOCIAL.

Este assunto foi levantado a sério pela primeira vez na Assembleia da República por um deputado do C. D. S., tendo imediatamente congregado o entusiasmo das outras facções da burguesia com assento na Assembleia.

Não é por acaso que as forças mais conservadoras, desde a burguesia declaradamente fascista, à burguesia liberal, estejam de acordo em pôr de pé o projecto PACTO SOCIAL, como uma forma de salvar o capitalismo em Portugal.

Para os primeiros, o Pacto Social é uma tentativa como qualquer outra na prática política dos partidos da grande burguesia; uma forma de ganhar tempo enquanto preparam e organizam forças para um sangüinário golpe fascista. Para os segundos, é uma maneira de demonstrar aos laicos do imperialismo americano na Europa que os trabalhadores portugueses estão domesticados e que o chicote do 25 de Novembro meteu tudo na ordem. Recordar aos velhos amigos sociais-democratas da Europa conosco que a Revolução Socialista, quase a acontecer em Portugal, afinal não passou de um mau momento — mau sonho — e que portanto os amigos capitalistas do Mercado Comum já nos podem deixar entrar para o Clube dos Ladrões da velha Europa.

Enquanto a burguesia reinante vai fazendo as suas manobras sobre a maneira mais suave de pôr o pé no pescoço do operariado, é bom que estes se vão apercebendo das jogadas onde os querem envolver. Compreender o significado do PACTO SOCIAL é o primeiro passo para fazer o manguito aos propósitos do capitalismo e ao mesmo tempo prevenir que a traição se instale nas organizações operárias.

Para os trabalhadores, aceitar o Pacto Social significa fazer um péssimo negócio em todos os sentidos. Um negócio de vantagens única e exclusivamente no interesse unilateral da burguesia. Mais exactamente: não um negócio, mas sim uma cedência! — fazer uma hipoteca a um agiota!

Mas o que é concretamente o Pacto Social? O que significa para quem vive exclusivamente do salário?

Quando o sistema capitalista se encontra em graves dificuldades económicas, resultante da própria forma anárquica de produção, as primeiras vítimas são os operários seguidos de vastos sectores da pequena burguesia: o desemprego atinge valores acima das médias. É a própria lógica do sistema capitalista, onde não pode existir o pleno emprego, existindo sempre uma reserva de mão-de-obra excedentária que serve aos senhores do dinheiro como reserva e ao mesmo tempo para que a concorrência entre trabalhadores não permita a subida dos salários.

É nesta situação de crise, como a que se vive em Portugal, que o capitalismo para sobreviver tem de «poupar». Poupar onde? Nos salários, evidentemente! Acumular com a possível rapidez e com garantias de reprodução.

Um dos factores que ajudam a acumulação são sem dúvida os baixos salários; prática seguida pelo sistema em países de capitalismo subordinado aos grandes interesses económicos internacionais — ao imperialismo ou representantes mais directos. É o nosso caso.

Devido à política de Salazar e do seu sucessor Marcelo, a economia portuguesa foi dada de mão beijada ao grande capital alemão, francês, inglês, ou seja aos chamados países «democráticos», de uma maneira ou de outra subordinada aos interesses do imperialismo de além-Atlântico.

Para defenderem os seus interesses económicos abalados com o 25 de Abril, os senhores da Europa têm realmente muitos truques; para mostram-nos que estão «conosco» — como diz o nosso 1.º pluralista — é necessário que as condições em Portugal sejam de molde a tranquilizar os restantes pluralistas da Europa: nada de agitação! Nada de ocupações! Nada de greves selvagens e contestações!

Só assim, num bom clima propício ao desenvolvimento do capital e à sua multiplicação, teremos «empréstimos» mendigados e provavelmente franqueada a porta da C. E. E.

Para tanto, o 1.º pluralista terá que manter a ordem, a disciplina e arrumar a casa: para uso do místico chega a G. N. R. Para situações mais graves basta uma telefonada ao Carlucci para chamar a esquadra da N. A. T. O.



Não parece que os intuítos de Soares sejam fáceis de cumprir. A disposição das massas trabalhadoras para apertarem o cinto é cada vez menor

É numa situação como a presente que os demagogos vão esgrimir a «democracia» para alcançarem os seus fins. A democracia e a liberdade vão ser palavras gastas na nossa rádio, na Televisão e em todos os jornais burgueses, para tentarem domesticar a classe operária — naturalmente a mais combativa. A palavra democracia e também liberdade, utilizadas até à saciedade começam a ficar vazias de conteúdo. O tal vazio que os não pluralistas, mas fascistas, tanto apreciam. O caldo de cultura social propício à pequena burguesia servir como tropa de choque da contra-revolução e desfaldar qualquer suástica que lhe sirva de miragem salvadora para a «sua» crise.

Para já, intuito primeiro dos pluralistas, intuito aceite com reservas pela restante burguesia, mais crente em acções de força que subtilidades do «jogo democrático», será convencer o operariado da necessidade de um Pacto Social. Sem quererem renegar completamente a luta de classes, os «soaristas» apresentam-se como a última alternativa democrática. Procuram assustar-nos com essa ideia, esquecendo, no entanto, de informarem que tipo de alternativa são: de esquerda ou de direita?

A questão do Pacto Social assume uma relevante posição na estratégia da «Europa conosco», se nos lembrarmos que a crise interna de cada um dos países da C. E. E., e não só, não ajuda muito à solução dos nossos problemas, na óptica de Soares. De facto, como é que os capitalistas europeus nos vão dar facilidades, com a sua própria casa desarrumada?

Uma coisa muito bonita é o discurso de ocasião. Evidentemente que a conversa é outra quando se trata de abrir os cordões à bolsa. Dentro em breve o saberemos, com o regresso de Soares carregado de promessas e sorrisos de boa vontade...

Para a «Europa conosco» a solução ideal seria, em primeira mão e antes do fascismo, o Pacto Social. Solução económica sob todos os aspectos e o que é importante — salvaguardando a face hedionda do capitalismo, mascarado mais uns tempos de «democrático», «liberal», «livre», e outros adjectivos mais.

Por aqui se vê, que a grande frente da acção governamental e também ao

nível partidário, acompanhado pelos parceiros à sua direita, será inculcaram nas massas trabalhadoras a ideia de... trabalharem mais. Sujeitarem-se de bom grado às leis repressivas, aos despedimentos por necessidade de reestruturação económica. Sujeitarem-se à desocupação das terras cultivadas durante tantos meses com carinho. Sujeitarem-se ao congelamento dos salários enquanto os «empreendedores» aumentam os preços das mercadorias acabadas.

Claro que Soares vai pedir tudo isto aos trabalhadores! Pede aos trabalhadores, porque sabe que, mal ou bem, são estes que produzem e não os protegidos «empreendedores». Não há possibilidade de reproduzir o capital sem a acção dos trabalhadores. Os «empreendedores» não geram «mais-valia»; pelo contrário, apropriam-se dela!

Soares sabe isso também, como o mais vulgar dos marxistas de ocasião que a nossa pseudo-revolução engendrou.

Não parece que os intuítos de Soares sejam fáceis de cumprir. A disposição das massas para apertarem o cinto é cada vez menor. Os argumentos que Soares tem dado até agora já não convencem ninguém: nem a burguesia e muito menos um povo farto de ser gozado.

Para pôr em prática tal plano seria necessário uma boa influência do P. S. no sector sindical, coisa que de facto não tem. Sem sindicatos mais reformistas que os existentes, Soares vai ter umosso duro de roer.

Existem agora condições para um namoro ao P. C., ou pelo menos aceitar as constantes arremetidas deste em nome da «maioria de esquerda». Seriam dadas maiores garantias no bolo da governação, contra a neutralidade dos sindicatos que o P. C. influencia.

Se assim for, veremos com mais intensidade o que hoje em dia se vai tornando vulgar: direcções sindicais sem «iniciativa» perante o congelamento dos C. C. T.'s. O silêncio que é traição denuncia a suprema facada nas costas das massas trabalhadoras.

O que irá então acontecer? O abandono do reformismo, para o campo da Revolução social? Ou desesperadamente a reboque da pequena burguesia a caminho do fascismo?

DEBATE

O PRP leva a efeito, na próxima 6.ª feira dia 4 de Março, às 21,30 horas, na Sociedade Banheirense o «Chiniquinho» — Baixa da Banheira — um debate subordinado ao tema: contra o avanço do fascismo — organizar a unidade revolucionária

A SOCIAL-DEMOCRACIA E A REVOLUÇÃO NA EUROPA

Vítima das suas próprias contradições o sistema capitalista sofre de uma crise que pode muito bem ser para ele o canto do cisne. Obrigado a fazer face a um número crescente de ataques, restava-lhe a sua própria retaguarda como única posição segura e controlada. Só que o evoluir da situação em países como a África do Sul e Israel por um lado, e Portugal, Espanha, França, e Itália por outro lado, é o sinal claro de que a crise atinge de forma declarada as próprias fileiras imperialistas.

Significa isto que as forças revolucionárias dispõem hoje da possibilidade de se atacarem ao imperialismo e ao capitalismo, não só a partir da periferia mas também directamente ao coração da besta. Contudo, nada de mais erróneo do que pensar-se que o capitalismo cairá por si e que a sociedade socialista surgirá assim, automaticamente, dos escombros apodrecidos da velha sociedade capitalista. A terrível luta de classes que hoje se desenvolve nos países capitalistas, porque ameaça de morte a burguesia, leva a que esta se defenda encarnadamente (por vezes desesperadamente da mesma forma que nos séculos XVIII e XIX a aristocracia se defendia ante o assalto de morte que a burguesia então lhe moveu.

Nem se pense sequer que é nula a margem de manobra de que dispõe a burguesia, o que corresponderia a

ignorar o brutal e sofisticado desenvolvimento dos aparelhos de Estado burgueses, os passos dados no sentido da criação de um Estado imperialista supranacional, tudo isto ao serviço de poderosíssimas máquinas económico-financeiras que têm ainda fôlgo e meios para obrigar as forças revolucionárias a um combate terrivelmente desigual. A lição, e isto não é factor de importância secundária, a burguesia conta hoje com um temendo aliado objectivo que é a profunda infiltração da ideologia burguesa no seio do próprio proletariado, dificultando terrivelmente a definição de uma linha ideológica, logo política, coerente.

NEM SÓ NO SEIO DA BURGUESIA HÁ CONTRADIÇÕES

É verdade que as inúmeras e escancaradas contradições que atingem o capitalismo privam frequentemente a burguesia de uma definição política e tática clara, e fazem estalar divergências contraditórias no seu próprio seio. Mas não é menos verdade que, nesse aspecto, vão muito pior as coisas do lado do proletariado, onde frequentemente as divergências se situam no âmbito do reformismo. Veja-se a Europa e logo se conclui da quase inexistência de alternativa revolucionária ideológica, política e orgânica. É que, o M.E.S. e a U.D.P. são disso a última prova, não basta ser-se, num dado momento da «Esquerda Revolucionária».

Perdido por um momento (logo após o 25 de Abril), o imperialismo parece ter hoje uma tática definida para a Europa. Vistas as mazelas e o fracasso da política de acção directa de que o Viet Nam foi o último caso até agora registado, os E.U.A. (Quartel General do imperialismo) utilizam-se da social-democracia tradicional como sua primeira linha de guarda.

É assim que o P.S. é habilmente utilizado, em Portugal, para fazer quase todo o percurso da contra-revolução arrastando atrás de si largas massas de trabalhadores, de proletários mesmo.

Se hoje há perigo real de golpe fascista, foi porque, através da colaboração do P.S., o imperialismo pôs ao seu serviço parte importante das classes trabalhadoras. Amanhã o PS sem qualquer influência nas classes trabalhadoras, será então cinicamente empurrado para fora de bordo por aqueles que até então dele se utilizaram.

PORTUGAL-COBAIA DA EUROPA

Ora neste aspecto Portugal é um pouco a cobaia da Europa: em todo o lado onde a social-democracia tradicional tem real implantação, logo o imperialismo e a burguesia jogam nela para a utilizar como 5.º coluna infiltrada no exército proletário e revolucionário. Fazer a coincidência tática, num primeiro tempo, entre os partidos socialistas e comunistas, à custa de cedências dos segundos, é uma forma hábil de, controlando essa coincidência (perfeitamente arregada à co-



O imperialismo já não aposta unicamente na política de acção directa de que Nixon foi um dos principais defensores e utiliza-se da social-democracia como sua primeira linha de guarda

laboração de classes), evitar que o proletariado se liberte dos travões que o privam duma linha ideológica e política próprias. Foi assim em Portugal até ao Verão de 75, é assim actualmente na Espanha e na França.

Só que, aprendendo a lição portuguesa, o imperialismo trata já hoje de preparar as condições de, logo que conveniente, provocar a segunda coincidência tática, desta vez entre a social-democracia tradicional e a burguesia liberal. Essa a razão, para além de condicionalismos internos específicos no nosso caso, pela qual Suarez em Espanha e Giscard D'Estaing em França, namoram subtilmente (mais do que o fez Sá Carneiro) os respectivos P.S.'s.

A NECESSIDADE VITAL DUMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Perguntar-se-á porquê este segundo passo em países onde os P.C.'s mostram claramente pertencem ideologicamente, à social-democracia

O problema é que, num momento de surto revolucionário, é certo e sabido que tais P.C.'s não conseguirão jamais controlar as suas próprias bases, e muito menos as classes trabalhadoras ou os seus estratos mais avançados, e de que foi exemplo, para além dos primeiros 3 meses pós 25 de Abril em Portugal, Maio de 68. Para a salvaguarda duma intervenção política revolucionária, compreende-se assim a importância do trabalho ideológico onde uma batalha sem mercis tem de ser conduzida contra a social-democracia. Mas é obvio que tal batalha será extremamente favorecida e facilitada no dia em que acontecer a primeira revolução socialista na Europa, tal como o foram os casos da U.R.S.S., da China, de Cuba e do Viet Nam.

É esta a importância do futuro de Portugal: garantir ou não a Revolução à escala europeia, que não poderá ser alcançada com «maiorias de esquerda» com gente de direita, mas tão somente com alternativas revolucionárias.

HIPOCRITAMENTE AUSTEROS

Na sessão da Assembleia da República de 6.ª-feira passada foi aprovada por maioria uma proposta apresentada pelo PSD e posteriormente reformulada pelo CDS no sentido de conceder a cada partido representante na A.R. um subsídio anual de 1/225 do salário mínimo multiplicado pelo número de votos obtidos nas últimas eleições.

Isto é, sairão dos fundos públicos para o PS 37.000 contos, 26.000 para o PSD, 16.000 para o CDS, 15.000 para o PCP e 1.800 para a UDP.

Manifestou, contra esta medida apenas o PCP, estando o delegado da UDP ausente.

Numa altura em que se fala de austeridade, os partidos que a defendem decidem apoderar-se de dinheiro saído em grande parte dos bolsos dos que não votaram neles, num total que ronda os 100 mil contos...



«O problema é que, num momento de surto revolucionário, é certo e sabido que tais P.C.'s, não conseguirão jamais controlar as suas próprias bases»

e a actualidade nacional

BAIXA DO ESCUDO

— Aumento na fome, no desemprego e na repressão

O Governo PS prossegue na sua caminhada de moço-de-fretes do imperialismo e da direita fascista. Desta vez, o Governo cedeu às pressões no sentido da desvalorização do escudo, o que obedece aos planos do imperialismo e das forças fascistas: individuar mais e mais o país para agravar a já clara perda de independência nacional e destabilizar a situação interna no sentido de impor soluções de tipo fascizante.

Tomadas com o pretexto de que serviriam para solucionar alguns problemas, as medidas governamentais mais não farão do que agravá-los. Assim:

1.º — Ao agravar a dívida externa, agrava as insuficiências das reservas em ouro em relação aos empréstimos contraídos. Quer dizer que, mais do que nunca, só entrará em Portugal com objectivo de garantir uma solução política para a crise favorável ao imperialismo e à burguesia.

2.º — A desvalorização é consequência de uma crise capitalista que não cessando de se agravar, conduzirá a posteriores desvalorizações. A ameaça de novas desvalorizações limitará, ao contrário do que diz o Governo, a entrada de divisas no país por parte dos emigrantes.

3.º — Se a desvalorização do escudo torna mais baratas de 15 por cento a permanência de turistas, o aumento do custo de vida e da escassez dos produtos de consumo de primeira necessidade anulam e ultrapassam essa pseudo-vantagem, pelo que em vez de benefício resultará prejuízo para o turismo.

4.º — O conjunto das medidas agora tomadas resultarão num brutal aumento do custo de vida face ao que o ridículo cabaz de compras será letra morta. Ao invés da estabilização de preços e mercado, as medidas governamentais provocarão a total anarquia de mercados com toda a espécie de açambarcamentos e especulações e das quais resultarão a proteridade

dos intermediários parasitas e a fome para as classes trabalhadoras.

5.º — Na incapacidade da solução da crise no quadro do capitalismo e do parlamentarismo, e com o seu consequente aumento da fome e da miséria, logo da criminalidade.

6.º — Registe-se, enfim, o facto de, após toda a série de atentados contra os trabalhadores rurais da zona da Reforma Agrária, o Governo contribuir decisivamente para o agravamento da situação do campesinato do Centro e Norte do país, cada vez mais abandonado à gula dos intermediários e à subida de preços das matérias e materiais que lhes são indispensáveis.

Estas medidas, impostas pelo imperialismo (não é por acaso que surgem imediatamente a seguir à notícia do adiamento do empréstimo americano, e na mesma altura em que Carlucci estava nos EUA), apenas beneficiarão toda a casta de parasitas. É esta casta de parasitas, a burguesia, que está interessada em voltar ao fascismo, no que é apoiada pelas medidas governamentais e pelo saneamento dos oficiais e sargentos antifascistas do seio das Forças Armadas enquanto os Mota Freitas são chamados a tribunas em posição de destaque. O Governo PS presta assim um dos últimos e grandes serviços à reacção, numa altura em que esta se prepara para correr com o próprio Governo PS, agora que este já fez o que tinha a fazer.

Os trabalhadores não podem ficar indiferentes quando a fome e a repressão lhes entram pela porta dentro. O momento é de luta contra estas medidas e contra a reacção, de unidade antifascista e anticapitalista. As classes trabalhadoras sabem bem o que é o fascismo, e sabem o que é a demografia burguesa. Por isso a unidade tem de ser uma unidade capaz de conduzir à única saída que poderá evitar o fascismo: a Revolução Socialista.

A CIUD DO PRP

REDE BOMBISTA

— novas acções

Há cerca de duas semanas saiu frustrada uma espectacular fuga do Forte de Caxias de alguns bombistas, entre os quais se encontravam Ramiro Moreira (segundo relatório já divulgado, autor de cerca de 59 atentados bombistas, entre os quais os da Embaixada de Cuba e o da sede do PCP, na Av. da Liberdade), Rangel, Gonçalo Gonçalves, João Veríssimo, ten. Menezes e outros.

A fuga teria sido planeada com elementos militares (mercenários) pertencentes ao AMI, e a prestar serviço no Forte de Caxias.

Também no Porto se preparava uma fuga de Custóias, que envolvia cerca de 50 000 contos em subornos, e portanto está já com «altas finanças» de permeio.

Simultaneamente apareceram distribuídos em Braga, na noite de 11 para 12 de Fevereiro, uns panfletos, exigindo a imediata libertação do Corréio, conhecido bombista, e aparece também um ultimato, assinado pelos «Comandos Democráticos do Norte de Portugal» em que é exigido o fim da Cooperativa da Torre Bela «Fortaleza para-militar comunista» e «outras fortalezas do PCP», para além da exigência da libertação de todos os

«possíveis implicados» na rede bombista. Curiosamente todo este movimento aparece simultâneo a uma certa agitação nas unidades militares de todo o País, e em especial do Norte, e pouco tempo antes das medidas económicas ultimamente tomadas pelo Governo.

AS BOMBAS

Não é por acaso, também, que, pouco tempo depois de expirado o prazo do ultimato dos «Comandos Democráticos», rebentam seis bombas em Lisboa num intervalo de 48 horas.

As primeiras três bombas na cantina do Instituto Superior Técnico, num lar de estudantes e na sede dos Serviços Médico-Sociais da Caixa de Previdência, e as outras três, na noite seguinte, numa delegação do Banco Borges e Irmão, no Centro Comercial Caleidoscópio no Campo Grande, e a última a duzentos metros do apeadeiro do caminho-de-ferro no Campo Grande.

Há mais de um mês que se fala num possível recomeço do ataque bombista; há muito tempo que ele era previsto.

É evidente que a direita fascista não se contenta com as cedências que teve até aqui, dadas pelo Governo de Soares; quer mais, e sabe que pode vir a obter muitas mais. Como tal, continua a preparar o terreno, quer no campo político com exigências, ultimatos e pressões, quer no campo psicológico, este já mais vasto, pois que atinge uma população inteira.

É assim que a direita, os fascistas, agem neste País, como já fizeram em alguns outros; eles também retiram ensinamentos das várias experiências já feitas (América Latina, Itália, etc.); adoptam novas tácticas, conforme as circunstâncias. Neste momento em Portugal, o próprio imperialismo tem feito consciência que a jogada a fazer terá de ser não só no campo económico como está a ser feita (e tão facilmente permitida pelo Governo de Soares) — como também no campo da violência, da desestabilização social porque esta existe, provocada por um lado, pela luta de classes que este tipo de sistema em que vivemos impõe, e, por outro lado, pela própria direita interessada em abrir brechas no actual poder, para mais facilmente poder dominar.



Ultimato ao Presidente da República feito pelos «Comandos Democráticos do Norte de Portugal», datado de 17 de Fevereiro

ULTIMAS MEDIDAS DO GOVERNO

Continuação de pag. 3

É de referir que, com a chegada destas recentes medidas de carácter económico os especuladores vêm as suas atitudes largamente recompensadas, os açambarcamentos são negócios altamente lucrativos, o mercado negro institucionaliza-se, e o raciocínio dos produtos não será hipótese tão destituída de fundamento como o Governo afirma.

O que quer dizer que, também por esta via, não se vislumbra nem «estabilização» nem «reconversão económica», o que vem mostrar, mais uma

vez, que não é na sua forma tecnocrata que o capitalismo se reconstrói neste país.

O PROJECTO DE SOARES

O primeiro-ministro veio à televisão justificar o rol de medidas legislativas recentemente tomadas e que se destinam a incentivar as exportações, restringir as importações, estimular a poupança, aumentar a produção e a produtividade, aumentar os investimentos diminuir o consumo interno, etc., projecto em que se inserem as medidas a que acabamos de nos refe-

rir. Soares foi claro: os trabalhadores devem fazer quatro anos de sacrifícios pois os EUA e a CEE se encarregarão de assegurar a «reconstrução económica» de Portugal.

Entre as duas voltas pelos países da CEE, Soares quis demonstrar que tem força para poer convencer os membros dessa organização mais renitentes.

E a sua demonstração legislativa foi de facto encorajadora para o imperialismo: Soares cedeu a tudo o que lhe foi exigido. Já desvalorizou o escudo, reabriu a bolsa, garantiu indemniza-

ções aos capitalistas expropriados, defende o pacto social Governo-patronato-sindicato, enviou já à AR uma proposta no sentido de delimitar o sector privado e o sector público, retirará a intervenção do Estado nas empresas.

Depois da segunda «tourné» pela CEE, Soares visitará Carter; certamente será bem recebido pois cumpriu bem a missão que lhe foi destinada. A proposta que faz aos trabalhadores portugueses é que consolidem o sistema que o explora cada vez mais brutalmente; cabe aos trabalhadores dar-lhe a resposta adequada.

R.T.P. - A CENSURA EXISTE

Tal como nos «velhos» tempos do fascismo, também agora, em especial a partir de 25 de Novembro, a censura se verifica na RTP, como o denuncia um grupo de jornalistas daquela estação emissora.

Desde a data que acima referimos os programas foram piorando, voltaram os já conhecidos filmes de Hollywood, as reportagens de rua foram praticamente cortadas, e não há referência a contactos e entrevistas com comissões de moradores e trabalhadores sobre os seus problemas.

A burguesia como classe dominante tem necessidade de injectar a sua ideologia, e, uma vez no poder, uma das formas mais fáceis de o fazer é através dos órgãos de comunicação social, e em especial da televisão e rádio, os mais acessíveis a toda a população. É assim que tomamos conhecimento do regime de terror que se vive dentro da Rádio Televisão regime esse que, para além de tentar quebrar a já fraca capacidade de organização dos trabalhadores naquele órgão de comunicação, visa principalmente a possibilidade de através da confusão reinante as responsabilidades de uma censura existente não serem directamente imputadas a ninguém. A propósito do ambiente de trabalho, diz o relatório de cerca de 20 jornalistas:

«Estamos longe do dia em que os jornalistas sejam olhados segundo as suas capacidades profissionais e classificados segundo a sua prática profissional. Ao contrário, divide-se a redacção em blocos, embora isso seja negado, marcam-se serviços tendo em conta as ideias políticas de cada redactor, e os que, por razões passadas ou presentes, não têm favores da direcção ou das chefias, são apanhados

ao menor pretexto na malha dos inquéritos disciplinares, instruídos no contencioso da empresa».

Por outro lado, o relatório refere-se a «uma informação comandada por notas de serviço»: «Uma série de directivas emanadas da Direcção de Informação, sob a forma de notas de serviço, apertam em cada dia o controlo sobre toda a informação filmada».

Ainda quanto à censura propriamente dita, o relatório descreve-a nos seguintes termos:

«Os acontecimentos de que o público deve ou não tomar conhecimento, através da imagem e do som, são sujeitos a uma selecção apertada; sobre o produto final elaborado pelo jornalista é exercida uma censura sistemática, dividem-se as notícias em «estabilizadoras» e «desestabilizadoras», para depois se aplicar um critério de selecção, cortes ou supressão pura e simples; fazem-se promoções baseadas em critérios político-partidários; premeia-se o seguidismo, e, simultaneamente, a mediocridade; elimina-se o diálogo; não se reconhecem as estruturas democráticas dos jornalistas, como seja o Conselho de Redacção; termina-se com os plenários e toda a discussão interna que, embora sempre difíceis, duraram até à administração que antecedeu a do capitão Tomás Rosa; ergue-se um clima intimidativo com expressão nos processos disciplinares e nas suspensões, formas encontradas para resolver diferendos que, em qualquer parte do mundo, são do

domínio da deontologia profissional».

Ainda segundo o relatório, o departamento de informação é controlado pelo tenente Costa Parente que proibiu a passagem de um filme sobre o 25 de Novembro, e porque culpa de quem, provavelmente, ainda não vimos também um filme sobre prisões políticas em Portugal com depoimentos de diversos antifascistas, filme esse pronto a ser passado antes do início do julgamento dos pides.

E o relatório diz ainda noutra capitulação:

«O serviço noticioso da RTP, quando abre com noticiário nacional, utiliza na maioria dos casos notícias de cariz oficial, ainda que acontecimentos importantes se tenham passado noutros sectores (...) Tudo se faz para que os assuntos importantes sejam invariavelmente rematados com a opinião go-

vernamental, com a agravante de as opiniões do Governo serem normalmente muito extensas, enquanto as dos seus contraditores sofrem por vezes, cortes substanciais; (...) A informação sobre os actos do Poder, absolutamente necessária, não é minuciosamente planeada, não obedece a qualquer rumo ou objectivo, vive apenas dos movimentos da personalidades (...); procura-se ocultar o grau de adesão a uma greve, a opinião de um sindicato, tenta-se esconder que as condições meteorológicas prejudicaram a agricultura, torna-se proibido falar em «vitória da revolução bolchevista», a versão da Polícia torna-se a versão do Tejeljornal, não se podem referir as palavras de ordem de uma manifestação; é também proibido afirmar que os E.U.A. utilizam a sua força nuclear como ameaça e persuasão, não se pode dizer que a Polícia sul-africana reprime manifestações de negros e jornalistas (...) noticia-se a realização do Congresso de Todos os sindicatos, onde esteve reunida a maioria das associações sindicais, como sendo uma reunião de representantes de alguns sindicatos (...)

É assim que se encontra a Rádio Televisão que todos os dias nos entra em casa. É esta a ideologia que o povo português quase se vê obrigado a engolir diariamente.

A importância dos órgãos de comunicação social é grande quer para a burguesia, quer para o proletariado. A direita que pensa em repressão social e económica sabe bem quanto necessita desses órgãos de comunicação, e apodera-se deles, custe o que custar.



Uma resposta a Manuel Alegre

A Assembleia Geral do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, considerando a recente comunicação ao País do secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, elaborou um documento em que decide esclarecer e alertar os trabalhadores portugueses para alguns factos relacionados com a reestruturação da Imprensa e no qual torna públicas um certo número de posições das quais salientamos as mais importantes:

1 — O senhor secretário Alegre apelou para o sentido das responsabilidades e para a consciência dos trabalhadores da Comunicação Social; e afirmou que «não se pode legitimamente acusar os trabalhadores da Imprensa da crise existente» nem fazer deles o «bode expiatório» dos males do País. No entanto, em toda a sua intervenção foram apresentados argumentos e medidas cujos resultados serão lançar sobre os trabalhadores as responsabilidades e consequências dessa crise. O secretário de Estado afirmou que tinha chegado «a hora da verdade». No entanto, os trabalhadores da Imprensa, e em particular da Imprensa estatizada, têm consciência de que Manuel Alegre apenas referiu a verdade que lhe interessava divulgar, tendo deixado por dizer aspectos importantes dessa mesma verdade.

2 — O secretário de Estado refere a péssima situação económica da Imprensa estatizada, e que os seus prejuízos são pagos por todo o povo. Mas não disse que os trabalhadores da Imprensa desde há muito tempo têm proposto aos sucessivos Governos medidas que permitam impedir que a crise se aprofundasse ainda mais e pusesse em risco os seus postos de trabalho.

Manuel Alegre refere a má gestão das empresas estatizadas do sector nas não diz que as administrações destas empresas foram nomeadas pelo Governo e que este não tomou até agora quaisquer medidas com vista a sanear a incompetência, a má gestão ou mesmo a sabotagem das empresas. Manuel Alegre afirma que o povo não pode continuar a pagar os prejuízos da Imprensa estatizada. Entretanto, anuncia medidas governa-

mentais de apoio generalizado à Imprensa, que abrangerão também a Imprensa privada. Assim os dinheiros de todo o povo passarão também a servir para financiar a Imprensa privada, propriedade do capitalismo, incluindo jornais fascistas cuja existência ele próprio reconhece mas que se acha impotente para atacar. Manuel Alegre também não disse que há departamentos governamentais que mandam fazer trabalhos tipográficos a empresas privadas enquanto as empresas estatizadas e os seus trabalhadores se encontram sem trabalho.

5 — Manuel Alegre afirma que é urgente acabar com o pluriemprego na Imprensa. Mas não diz que é preciso acabar com os administradores que são simultaneamente patrões de empresas privadas, como é o caso do senhor Lyon de Castro e de muitos outros.

6 — Tendo em conta tudo o que atrás foi referido, a A.G. do S.T.I. exige a participação dos trabalhadores da empresa estatizada — através das suas comissões de trabalhadores, comissões intersindicais e sindicatos —

na reestruturação da Imprensa. Nesta perspectiva apresentam a sua alterna-

tiva, que é a de quem trabalha:

1. Criação de novos postos de trabalho, antes do encerramento dos actuais.
2. Garantia real (e não vaga ou abstracta) de todos os direitos sociais e sindicais actualmente em vigor. Não ao quadro de adidos, que não é mais do que a entecâmara do desemprego e da baixa geral de salários.
3. A crise é de responsabilidade do capital, não dos trabalhadores. Não deve ser o povo a pagá-la. Não à sobrecarga do povo trabalhador com impostos que se destinam, afinal, a subsidiar a Imprensa privada.

Os trabalhadores portugueses não devem deixar iludir-se por quem pretende dizer que os cancels da economia do nosso País devem ser sanados à custa da repressão e do desemprego. Dessa forma apenas se conseguirá agravar a situação. Só dizendo não à recuperação capitalista, também na Imprensa, e lutando contra ela e contra tudo o que constitui ataque aos trabalhadores e aos seus direitos, se defenderão os interesses de todo o povo português.

e a actualidade nacional

A SITUAÇÃO ECONÓMICA, O PERIGO DO PRESIDENCIALISMO RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA

Realizou-se ontem, quarta-feira, dia 2 de Março, uma conferência de imprensa do PRP para divulgação da posição do Partido face à actual situação económica e política, às últimas medidas governamentais, e para esclarecimento da tática do Partido no momento actual.

Para além das intervenções dos camaradas que constituíam a mesa (Pedro Goulart, Fernando d'Almeida e Tomás da Fonseca) foi ainda divulgado um extenso documento que sintetiza a discussão havida no último plenário de direcções regionais e de sector do Partido e que pela sua importância reproduzimos na íntegra.

A SITUAÇÃO ECONÓMICA

A degradação da situação económica é neste momento mais espectacular, dado o aparecimento a público do adiamento do empréstimo dos EUA e da desvalorização do escudo. Esta imagem pública vem no entanto na sequência de toda a situação anterior.

O empréstimo dos EUA traz imposições que são de natureza política e económica, sendo estas últimas, nomeadamente, a desvalorização do escudo, a entrega de indemnizações aos capitalistas expropriados e a reabertura da banca provada. Sabe-se mesmo do projecto dos grandes grupos financeiros de reabrir bancos privados com o dinheiro do empréstimo, que vai entrar necessariamente para indemnizações a esses mesmos grupos. Este é um dos aspectos da recuperação capitalista.

O GOVERNO DE SOARES JÁ NÃO SERVE



Mas o Governo de Soares, o Governo PS, foi o Governo que abriu caminho à recuperação capitalista. Esse Governo que se intitula socialista nada tem de tal conceito e tem queimado o nome de «Socialismo», o que a reacção tem explorado a seu belo prazer.

Este é um Governo pró-capitalista, que tem tentado vender o país ao imperialismo, ao mais baixo preço.

Este Governo mais ou menos remodelado, não serve para cumprir as funções que lhe competem nesta recuperação capitalista. Faltam-lhe nomeadamente meios repressivos eficazes e uma base de apoio que admita esses meios.

Por isso o Governo de Soares é um impecilho que a direita tenta neste momento ultrapassar, ainda dentro do legalismo. E sendo este um Governo constitucional, formado pelo maior partido da A. R., a sua substituição dentro da legalidade não é tarefa simples para a ala mais à direita do Poder. Isto é, se o Presidente da República quiser entrar declaradamente pelo caminho do presidencialismo, constituindo um Governo da sua escolha e confiança, tem de contornar o problema da A. R. e da existência da actual Constituição.

O PERIGO DO PRESIDENCIALISMO

É neste aspecto que as condições em relação ao empréstimo dos EUA poderão ser uma ajuda importante para a direita no sentido de forçar a via presidencialista. A verdade é que o Governo PS e o partido que o constituiu assim como aceitaram a desvalorização do escudo, assim aceitarão outras imposições tal como a duma coligação do PSD e o CDS, ou mesmo a passagem do PS para uma oposição tolerante. Desse modo pode ficar garantido o apoio do PS na A.R. o que permitirá o apoio da maioria desta a um Governo presidencialista, sem que haja necessidade de dissolvê-la.

A institucionalização dum Governo presidencialista será portanto uma primeira etapa no caminho da re-

pressão, a qual pode ir longe em relação à organização dos trabalhadores e dos revolucionários e será uma fase preparatória dum golpe fascista.

O alicerçar do golpe fascista e a criação de condições que lhe sejam propícias passa assim pela propositada desagregação da situação económica, pelos condicionalismos do empréstimo americano e pelas vias de saída do Governo PS e de entrada num regime presidencialista.



SANEAMENTO NO EXÉRCITO

Faz parte também do plano imperialista o saneamento que está a ser levado a cabo no Exército e que fará a limpeza não apenas dos oficiais do 25 de Abril mas que tentará pôr fora das unidades todos os oficiais antifascistas. É deste modo que tem de ser compreendida a ida de numeroso grupo de oficiais a Conselho Superior de Disciplina.

PROVOCAÇÕES A ESQUERDA

É ainda nesta perspectiva de limpeza das F.A. que têm que ser encaradas as múltiplas provocações vindas a público na Imprensa de direita e so-

cial-democrata, assim como a nota do Estado-Maior do Exército a respeito dos acontecimentos de Estremoz e as declarações do brigadeiro Hugo dos Santos ao «Jornal de Notícias». Tal clima de provocação e contra-informação prepara uma limpeza das Forças Armadas a outro nível — o dos soldados. E prepara também o desencadear de acções contra determinadas organizações de esquerda.

RESISTÊNCIA ANTI-FASCISTA DENTRO DO PODER

Este projecto do imperialismo e dos seus representantes em Portugal que vai tentando franquear as várias dificuldades depara, no entanto, com um poderoso obstáculo a nível do Poder,



que é a resistência que dentro dele próprio se opõe a estas medidas. Esta resistência tem particularmente expressão a nível do CR, onde uma maioria de conselheiros não alinha com as actuais medidas de direita. Esta mesma posição reflecte-se a nível dos



oficiais das unidades, onde grande número daqueles que apoiaram o golpe de direita do 25 de Novembro estão hoje numa posição oposta a essa, numa posição antifascista. Este é um obstáculo sério que mesmo um regime presidencialista terá dificuldade em resolver a seu contento.

CISSALISMO, SCISTA DENTRO DO PODER

AS LUTAS DE MASSAS

Mas, a par de inexorável encaminhar do Poder para o fascismo, assiste-se neste país a uma progressiva movimentação de trabalhadores e soldados que dadas as circunstâncias sociais e económicas tem tendência a aumentar e não a parar.

É neste sentido que se têm desenvolvido as lutas do sector dos Têxteis, sobretudo do Norte e Centro do País. As formas que estas lutas têm assumido — greves, manifestações, confrontos com a Polícia — demonstram a capacidade revolucionária de massas até aqui consideradas passivas ou reaccionárias. De igual modo a luta victoriosa dos pescadores e as lutas que se avizinham em vários sectores entre eles no da Construção Civil e no das empresas em autogestão e intervencionadas, mostrarão a vontade dos trabalhadores de não pararem na luta de massas pelos seus direitos.

E se nas zonas da Reforma Agrária o plano de recuperação capitalista traçado pelo Governo tem sido cumprido sem grande resistência aparente é devido à política reformista, que negociou o Alentejo em nome dos trabalhadores. A verdade é que estes foram convencidos a deixar desocupar unidades colectivas, em nome de novas expropriações que diziam que iam ser

feitas e que nunca foram. A política reformista, hegemónica nas zonas da Reforma Agrária, conciliou em relação às desocupações como anteriormente conciliara noutros conflitos. Mas os casos de resistência no Alentejo (Lobata, Unidade Saraiva de Carvalho) e na zona de Alcoentre, para além do clima de descontentamento que reina entre os trabalhadores do Alentejo, demonstra que nesse terreno a burguesia está longe de ter alcançado a vitória definitiva. O mais duro está ainda por roer.

Mas também o recente aumento dos preços afectando bens alimentares de primeira necessidade lançará largas massas de trabalhadores em difíceis condições de vida. A desvalorização do escudo agravará esta situação pois aumentarão de pelo menos 15 por cento todos os produtos importados e aumentará de 15 por cento a nossa dívida externa.

Os dados dos últimos dias agravarão portanto extraordinariamente as condições de vida dos trabalhadores, levando a crescentes movimentações.

Também nos quartéis haverá um confronto crescente entre os soldados e os oficiais fascistas e o regulamento fascista, do que são exemplo os recentes acontecimentos nos quartéis.

A TÁCTICA

É dentro desta situação que apontamos como tática o desenvolvimento e a organização das lutas de massas a unidade sobre várias formas e níveis e o desenvolvimento da frente antifascista e anticapitalista.

Dentro desta orientação os militantes do PRP devem estar nas lutas e movimentações de massas, portando-se como uma verdadeira vanguarda na orientação tática, na organização e na condução das lutas concretas.

É também este um momento excelente para a unidade ao nível das ba-

A unidade praticada na base deve ser acompanhada de uma política de alianças que una o proletariado a outras classes atingidas pelo avanço do fascismo, no sentido de se tender para uma frente antifascista, que enha expressão ao nível de classes sociais, ao nível de bases partidárias e ao nível militar.

Esta frente antifascista tenderá sempre a desembocar no caminho da Revolução Socialista, que outra saída não há para solucionar a situação de crise económica em que vivemos. Opondo-se ao avanço esmagador do fas-



ses, nos campos, nas fábricas e nos quartéis, visto que os trabalhadores estão a ser atingidos por graves perigos que os ameacem, sem escolha de partidos ou grupos.

Impõe-se também a defesa intransigente dos oficiais atingidos pelo saneamento nas Forças Armadas, numa perspectiva de defesa antifascista.

De igual modo os soldados nos quartéis devem praticar a unidade entre si e a solidariedade com os oficiais perseguidos, de modo a barrarem o caminho à provocação, ao avanço do fascismo, e à manipulação das unidades militares.

cismo, os antifascistas encontram rapidamente uma solução revolucionária socialista de base, a única possível.

IV — O PRP na sua reunião de direcções regionais e de sectores, de acordo com esta análise da situação política tomou medidas orgânicas no sentido de ser levada a cabo a tática apontada e deste partido cumprir o seu papel de vanguarda.

26 e 27 de Fevereiro de 1977

O Plenário das Direcções Regionais e de Sectores

dos trabalhadores

Os Trabalhadores não se vergarão à recuperação do Capitalismo e do Fascismo

Num comunicado do Secretariado da Direcção da Organização Regional do Norte do PRP onde se refere o avanço das forças fascistas dentro e fora do aparelho civil e militar do País e a consciencialização de largas massas trabalhadoras que sofrem a violência da recuperação capitalista é detalhadamente analisado o significado da luta dos têxteis dentro deste contexto:

É evidente e significativa a recente movimentação de largos sectores do proletariado e de outras classes trabalhadoras numa luta vincadamente anticapitalista e antifascista. Referim-nos à presente luta dos operários têxteis em torno de uma das suas conquistas fundamentais, o CCTUV. Cerca de 300 mil trabalhadores estão envolvidos numa forma de luta concreta, a paralisação laboral, com vista a que o patronato negocie a contractação colectiva. Os têxteis têm sabido responder, taca a taca, às provocações do patronato cobertas pela recente legislação antioperária, às principais cláusulas contractuais.

Enquanto os patrões aos 18 meses para a vigência do novo contrato, os trabalhadores exigem a validade de um ano, como o expresso na maioria dos CCT's. Ainda estão por discutir cerca de duzentas cláusulas do con-

trato, entre as quais as tabelas salariais. Os trabalhadores, tal como até esta data, terão que reservar forças para as próximas batalhas com o capitalismo têxtil. Este movimento reivindicativo tem lançado os patrões em situações desesperadas. Muitos deles provocam nitidos confrontos violentos com os operários, e em muitos casos recorrem à «ajuda» das forças militarizadas, como GNR. Todos estes actos de terrorismo capitalista tem tido a devida autorização e conviência dos representantes legais de Soares, como sejam por exemplo os governos civis. A demonstração disto explica-se pelos diversos despedimentos de operários, agressões a delegados sindicais e o recente confronto da GNR com os trabalhadores da Riopelle, perto de Famalicão. Aqui, o metralhar das «G-3» dos praças desta mesma força militarizada vitimou selvaticamente quatro trabalhadores têxteis. Este ca-

so é bem elucidativo para que os trabalhadores compreendam claramente que a recuperação capitalista apostada por Mário Soares e pelos capitalistas nacionais e estrangeiros só poderá ser concretizada com uma forte repressão terrorista da burguesia. Face a isto, os trabalhadores terão que lutar recorrendo sempre que possível à violência revolucionária, para já, única forma de resistir. Bem demonstrativa foi também uma grandiosa manifestação de milhares de trabalhadores têxteis realizada nas ruas de Barcelos como prova de unidade dos trabalhadores daquela zona têxtil, depois de um dia de paralisação. A decisão deste luta está bem marcada nas percentagens, próximas dos 100 por cento, que se têm verificado nas fábricas do Norte.

Perante esta situação difícil, cabe aos trabalhadores e revolucionários enquadrar estas lutas em novas formas de unidade e organização, porque se o não fizermos os reformistas trairão, como em lutas passadas, a vitória dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Porque se não o fizermos imediatamente o capitalismo não poupará em desencadear o seu golpe final da recuperação capitalista, o golpe fascista. Desta maneira,

e no que respeita à luta dos têxteis, impõe-se urgentemente o apontar de uma alternativa revolucionária, como instrumento contra os grandes capitalistas das empresas têxteis.

Deverão nascer comités de luta, ou outras formas de organização operária, que coordenem local e regionalmente as lutas no seu dia a dia, apontando as resoluções de cada momento de luta, comités de solidariedade ou de informação, perante os despedimentos e agressões a trabalhadores. Estas formas organizativas deverão ser aplicadas onde não existam comissões de trabalhadores. Onde existam há que reforçá-las rapidamente.

A organização sindical, mole na sua dinâmica revolucionária, poderá afrouxar a luta contra o capital, assim como permitir facilmente o controlo partidário feito, pelas forças reformistas. É importante evitá-lo. Só a organização autónoma dos trabalhadores é capaz de concretizar verdadeiras alternativas revolucionárias e de tomar possível a revolução socialista. A necessidade de unidade e organização revolucionária mais do que nunca; está na ordem do dia na luta anticapitalista e antifascista do Proletariado e do Povo trabalhador.



TEXTEIS CONTINUAM A PARALIZAÇÃO

No passado domingo os trabalhadores têxteis em Assembleia Geral promovida pelo seu sindicato na zona sul e ilhas, aprovaram uma proposta na qual se prevê a realização de nova paralisação total 5.ª-feira, dia 3, caso as associações patronais não abandonem o boicote que têm vindo a fazer para impedir a continuação das negociações pelo Contrato Colectivo de Trabalho Único Vertical.

Esta paralisação vem no seguimento das que têm vindo a realizar já há algum tempo, com adesão quase total, todas as quintas-feiras, e da paralisação diária de 1 hora com mais 15 minutos e 2 em 2 horas.

Entretanto no sábado as entidades patronais reuniram no Ministério do Trabalho com o subsecretário de Estado Almeida Simões tendo acordado em apresentar, até ao dia 3, uma proposta para a resolução do impasse que eles próprios provocaram. Em relação a esta questão, Manuel Lopes da Comissão sindical que tem a seu cargo as negociações afirmou que a solução apresentada pelo patronato «corresponde a um adiamento do problema, pois, como é fim do mês, há uma tentativa de desmobilização dos trabalhadores devido ao pagamento dos salários».

A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA E O AVANÇO DA DIREITA NO SECTOR DOS SEGUROS

O sector dos seguros do PRP elaborou um comunicado onde é analisado o avanço da direita a nível do sector e onde é proposta a organização dos trabalhadores no sentido de se oporem à tentativa de aniquilamento das suas conquistas.

Não é de estranhar o que se está a passar no nosso sector, onde os fascistas começam a movimentar-se em torno de vários objectivos, reintegração dos legionários e «pides» saneados, ex-administradores, por indemnizações, em conluio com os órgãos do poder e a que não é alheia a actividade «exemplar» dos elementos encapotados que lhes dão aval, através da dita Comissão Inter-Ministerial de Reclassificação e Saneamento. Ex: os ex-F.A.C.'s da Império, o prepotente Garcia da Ourique e o ex-administrador da Douro José Jardim, tendo estes dois últimos sido impedidos de reentrar pelos trabalhadores. Por outro lado, após as tentativas

de divisão do movimento sindical através da moribunda Carta Aberta, fomentada pelo Imperialismo, assistimos no nosso sindicato à aparição de uma proposta para a criação dum sindicato paralelo.

Assiste-se, entretanto, à repressão por parte dos lacaios dos ex-patrões, hoje muitos deles campeões da «democracia» e «pluralistas» através de carácter selectivo e fascista, com oposição às actuações das CT's, como é exemplo neste momento o que se está a passar na Douro e outras Companhias.

Os trabalhadores de seguros devem também estar alerta para as fusões arbitrárias que se prevêem através da

«reestruturação» cozinhada nos gabinetes do INS por elementos da confiança do capital e sem qualquer participação dos trabalhadores, e que vêm reeditar os já conhecidos «planos»

dos Mellos e Champalimauds, com a consequente criação de «exércitos» de reserva de trabalhadores (como é já exemplo o QUADRO GERAL DE ADIDOS da Função Pública) e impossibilitar a aplicação social do seguro. A perspectiva desta «Reestruturação», virada para a integração na CEE, mais não significa do que o hipotecamento da nossa economia ao imperialismo, com todos os prejuízos inerentes para os trabalhadores portugueses.

Os trabalhadores de seguros, face a esta grave situação devem unir-se e organizar-se para discutir e propor as alternativas correctas na defesa dum reestruturação ao serviço

de todos os trabalhadores mobilizando-se, desde já, através da realização de plenários de trabalhadores e Assembleias gerais no sindicato, onde neste momento se discute o CCT.

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA E O FASCISMO!

POR UMA REESTRUTURAÇÃO AO SERVIÇO DE TODOS OS TRABALHADORES!

ORGANIZAR A UNIDADE REVOLUCIONÁRIA!

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

A LUTA DOS TRABALHADORES DA MAIVEST CONTRA O PATRONATO

Empresa do sector têxtil, com dois anos de existência e situada em Vialonga, compreendida na Cintura Industrial de Lisboa, a MAIVEST empresa de confecção de vestuário, em que os trabalhadores careciam de qualquer tipo de organização, é neste momento alvo duma investida do capital através dos seus mais fiéis representantes.

A MAIVEST que vive à base de empréstimos da banca e em que através duma peritagem movida em Outubro/75 se prova que os patrões além de se apropriarem dos lucros e não pagarem os empréstimos, fazem desvios de dinheiro, começa a encontrar por parte dos trabalhadores uma luta pela garantia dos seus postos de trabalho e pelo fim da repressão fascista que é imprimida pelos patrões.

Perante uma situação de gestão duvidosa e factos que provam a repressão exercida pelo patrões sobre os trabalhadores, o Ministério do Trabalho não toma qualquer posição no sentido de lhe pôr cobro e é o responsável perante todos os trabalhadores das consequências deste impasse.

Se não bastasse a não satisfação dos mais elementares direitos dos trabalhadores, como seja, o direito de livre organização sindical, que é vedado pela repressão exercida pelos patrões e seus lacaios, temos ainda o controle sobre a ida à casa de banho com sistema de luzes, a exigência de uma produção exorbitante, as ameaças constantes aos trabalhadores, o não cumprimento de várias cláusulas de contrato colectivo, etc.

Mas os trabalhadores decidiram dizer não a esse continuar de situação repressiva. Estão dispostos a outras formas de luta além da greve.

No sentido de levar a informação de luta que os trabalhadores da MAIVEST estão a travar a todos os trabalhadores deste país, recolhemos alguns depoimentos de um dirigente e um delegado sindical que estiveram na origem do processo da empresa. Passamos a transcrever alguns pontos desses depoimentos:

REVOLUÇÃO — Quando e como começou o conflito na MAIVEST?

DEL SINDICAL — No dia 17/2 quando nos encontramos numa reunião na Eurofil fomos chamados pelo telefone para irmos à MAIVEST pois havia um diferendo entre trabalhadores que diziam que paralizavam e outros que diziam que não.

Quando chegamos, eu, um dirigente do sindicato e uma delegada sindical, à fábrica, pedimos na recepção à telefonista para avisar a gerência que nos encontrávamos ali e que desejávamos falar com os trabalhadores.

Um dos patrões, o senhor Sá, quando nos viu ficou meio espantado e começou logo a insultar-nos dizendo que não queria lá calões, que nós, éramos a desgracia da sua casa e demais provocações. Entretanto ele quando desceu fechou logo as portas que dão para a produção. Nós não reagimos e então ele chamou logo uns dez lacaios que já deviam de estar

à espera lá em cima, que nos começaram imediatamente a agredir selvaticamente e nos colocaram fora da fábrica.

Entretanto alguns trabalhadores que se apreçeram do que se estava a passar conseguiram abrir as portas que davam para a recepção e vieram para tentar proteger-nos. Foi então que eu (já da parte de fora do edifício) vi um dos lacaios do patrão, o Guimarães, (chefe da secção do pessoal) pegar numa cadeira de ferro e descança abaixo numa das oprárias que tinham vindo em nosso socorro.

Um dos nossos camaradas do sindicato foi ao posto da GNR comunicar o que se estava a passar e quando o cabo da GNR lá chega vira-se para as pessoas que ali estavam e diz «se houver feridos que se vão tratar, que eu trato do resto». E entra lá para dentro, recusando entretanto que o dirigente sindical o acompanhe. Claro que o comportamento da GNR era aquele que estávamos à espera, dá um grande cumprimento ao patrão, umas palmadinhas nas costas e pronto — os trabalhadores não são ouvidos. Mais, ele, o cabo da GNR, vai aconselhar os trabalhadores para irem trabalhar, que não fizessem paralisação etc, etc.

Isto tudo aconteceu entre as 12 e as 12,30h e é a essa hora que saíram três trabalhadores (dos que tinham ido em nosso socorro) pois o patrão foi-lhes dizer para se porem de lá para fora que estavam despedidos.

RÉV. — Os trabalhadores decidiram paralisar enquanto não fossem readmitidos os trabalhadores suspensos. Qual foi o resultados das negociações estabelecidas no M. Trabalho entre os patrões e os representantes dos trabalhadores?

DIRIGENTE SINDICAL — No M.T. eles ouviram em separado os patrões e depois os representantes dos trabalhadores; só em seguida é que fomos ouvidos todos em conjunto. Dos pontos que levávamos para discutir nem sequer de reivindicações se tratava pois eram pontos do CC Trabalho. Sómente havia um ponto sobre a suspensão dos três trabalhadores que era uma posição do Plenário de Trabalhadores que entretanto se tinha realizado e que estava para discussão.

Quanto aos outros pontos, depois de alguma discussão e em que até o advogado dos patrões que é o advogado da CIP, lhes chamou a atenção de que tinha de ceder pois estava na lei, acabaram de ser mais ou menos acordados.

O problema estava no ponto sobre a suspensão dos 3 trabalhadores em que o sr. Sá (o patrão) dizia que tinham sido agredidos e nós dizíamos que quem tinha sido agredido éramos nós.

Posto isto, e para se sair do impasse nós propusemos que fosse levantado um inquérito aos acontecimentos para se repôr a verdade e que entretanto os três trabalhadores continuassem a trabalhar até ao apuramento da responsabilidade.

Os patrões não aceitaram e o M. Trabalho não tomou a responsabilidade de mover o inquérito pelo que nós responsabilizamos, neste momento, o

M. Trabalho que me faz lembrar o Ministério das Corporações sobre o que possa vir a acontecer aos trabalhadores da MAIVEST.



APELO A TODOS OS TRABALHADORES

Transcrevemos seguidamente o comunicado n.º 2 dos trabalhadores da Maivest em luta, datado de 28 de Fevereiro, e dirigido a todos os trabalhadores portugueses:

Os trabalhadores da Maivest encontram-se em luta desde o dia 17/2 pela reintegração de três camaradas suspensos pelos patrões por estes trabalhadores tentarem proteger um dirigente e dois delegados sindicais, a quem os patrões e seus lacaios agrediram, quando estes se deslocavam à fábrica a nosso pedido.

A nossa luta iniciou-se ao mesmo tempo que as paralisações do sector têxtil, do qual fazemos parte. Aproveitando as paralisações, os trabalhadores decidem pôr fim a feroz repressão que se vivia na fábrica (onde até o tempo de ir a casa de banho era controlado por luzes e cronómetro) cujos patrões não cumpriam nenhuma das regalias do Contrato Colectivo de Trabalho actual. É de salientar que o próprio advogado dos patrões manifestou interesse de se recusar defendê-los perante o Ministério do Trabalho.

Os patrões e seus lacaios recusaram a entrada do dirigente e delegados sindicais com agressões sobre o delegado sindical e uma operária da empresa, a qual teve de ir receber tratamento hospitalar.

Após as selváticas agressões os patrões e seus lacaios suspendem três trabalhadores entre os quais a camarada agredida e, de modo fascista,

recusaram dialogar tentando passar por agredidos.

Face a isto, deslocámo-nos ao Ministério do Trabalho com os dirigentes sindicais, onde mais tarde com a presença dos patrões e seus lambe-botas as negociações chegaram a um impasse, recusando-se o ministério a tratar do assunto.

A posição do ministro do Trabalho, Marcelo Curto, que diz que nós temos razão é demagógica, uma vez que o seu ministério negou-se a resolver os nossos problemas, mostrando assim pela prática parecer-se mais com o Ministério das Corporações do fascismo e ao mesmo tempo de que lado está.

Está do lado dos patrões!

Mantemo-nos organizados e firmes com a aprovação por unanimidade em plenário de trabalhadores, realizado dentro da firma, só acabar a paralisação quando forem readmitidos os camaradas suspensos.

Mas os patrões, com o conhecimento do Ministério do trabalho, apoiados com a posição da C.I.P. e da C.A.P., contrata mercenários e convida a G.N.R. a reprimir a nossa luta.

Como tinham recuado permitindo

dos trabalhadores

REPRESSÃO NAS FÁBRICAS MILITARES

A repressão sobre os trabalhadores das fábricas militares, exercida através do R. D. M. fascista, e que se vem sentindo principalmente depois do 25 de Novembro, tem tomado formas que nos fazem lembrar os tempos antes do 25 de Abril.

O caso agora acontecido na F.N.M.A.L., Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras, incindindo a repressão sobre 7 operários aos quais foram aplicadas multas de 10 a 15 dias sem vencimento, sendo os trabalhadores obrigados a trabalhar, tem de receber da parte de todos os trabalhadores o mais vivo repúdio.

Esta medida fascista engloba-se numa ofensiva mais geral da direita militar reaccionária (ver casos da O. G. M. A., O. G. F. E., etc.) que se organiza.

Passamos a transcrever uma entrevista do «Revolução» com um camarada desta Fábrica, atingido por esta medida repressiva.

REV. — Quando e como começaram os problemas na fábrica que levaram à medida repressiva tomada pelo director sobre os 7 trabalhadores?

OPER. — A questão que deu origem a este problema já se arrasta à algum tempo e foi exactamente quando os trabalhadores quiseram pôr fim a ela que foram reprimidos pelo director da fábrica.

Há já algum tempo que os 7 trabalhadores merceneiros que se encontram na secção de carpintaria cujo serviço é de manutenção às secções de produção (feituuras de armários, bancadas, portas, móveis, etc.) vinham sendo destacados para outros serviços, não por não haver serviço da sua especialidade, mas sim para cobrir faltas de camaradas doentes, no serviço militar, etc.

Esta situação de tapa furos era tanto mais prejudicial para nós já que constantemente tínhamos de largar o nosso serviço e ir para outros, retomando depois o que estávamos a executar, resultando no desgaste de energias e tornando a execução do trabalho mais moroso e difícil.

REV. — A vossa situação em relação ao serviço de mercenaria já se mantém há muito ou o trabalho tem

escasseado ultimamente?

OPER. — Bem, antes do 25 de Abril esta secção trabalhava muito a fazer móveis para os senhores oficiais e seus laçaios e mais ninguém. Depois do 25 de Abril continuaram-se a fazer móveis, mas agora para todos os trabalhadores indiscriminadamente e com o controlo de uma comissão eleita para o efeito. Isto proporcionou o aparecimento de muitos trabalhos, existindo um monte de pedidos por satisfazer.

Portanto, trabalho de mercenaria há muito.

E nós, ao contrário do que se pretende fazer crer, não nos recusámos a fazer qualquer serviço. O que nós queremos é ver a nossa situação definida: ou pão ou queijo. Ou vamos todos para um serviço e ficamos lá definitivamente, ou não vamos e não andamos a ser utilizados como pau «para toda a colher».

REV. — Quais foram as medidas que os trabalhadores tomaram para ver definida a sua situação?

OPER. — Os trabalhadores começaram por apresentar o caso ao chefe de secção por várias vezes e a resposta dele era de que o director lhe tinha até dito que os merceneiros nem eram necessários na fábrica.

Além disso a resposta dos responsáveis era de que nós estávamos «lá e servíamos para ir trabalhar para outros serviços sempre que fôssemos necessários».

É a partir da saturação desta situação, e depois de termos que não havia qualquer solução por parte dos responsáveis, que nós resolvemos tomar uma posição radical.

REV. — Qual foi a posição dos trabalhadores e qual a resposta dos responsáveis?

OPER. — Depois de termos falado com o engenheiro responsável no dia 28/1/77 e de não termos obtido qualquer resposta, na semana seguinte com início em 31-1/77 são enviados 5 camaradas para um serviço e 2 para outro. Na semana a seguir, aos 2 camaradas que tinham estado num serviço é-lhes dito para voltar novamente ao serviço de manufactura de trabalhos de marcenaria, continuando os outros no outro serviço.

É nesta altura que estes dois trabalhadores recusam essa ordem e vão para junto dos outros 5 camaradas de trabalho, como aliás tinham combinado com o chefe de oficina. Tudo isto se passa na segunda-feira, dia 7/2/77.

Na terça-feira vamos todos falar com o director, tendo ele dito que a carpintaria era a secção que mais problemas lhe levantava e que estava disposto a acabar com eles nem que para isso tivesse que a fechar. Entretanto, no meio destes acontecimentos, o chefe de secção tinha participado dos 2 camaradas de trabalho, que se tinham recusado a voltar ao serviço de marcenaria.

Na quarta-feira o chefe de secção mandou novamente os 2 camaradas fazer o mesmo serviço, tendo eles novamente recusado. Perante isto, foram chamados os restantes camaradas de

trabalho em grupos de 2, que também se recusaram.

É no seguinte destes problemas que o director manda uma ordem de serviço em que à luz do R. D. M. fascista, aplica uma multa de 15 dias de trabalho sem vencimento a 2 trabalhadores e 10 dias aos outros 5 trabalhadores. Posteriormente, num acto de pseudobenevolência, o director mantém as multas, mas dispensa-os do trabalho nesses dias.

REV. — Vocês tiveram o apoio dos trabalhadores da fábrica?

OPER. — Apoio expresso dos trabalhadores, não houve. Há alguns camaradas que estão connosco, mas talvez por a repressão na fábrica ser bastante sentida e não haver organização dos trabalhadores, não há um apoio concreto e uma solidariedade maior.

REV. — Perante o avanço da repressão na fábrica e de uma forma mais geral o avanço do fascismo a todos os níveis, vê alguma hipótese de organização dos trabalhadores?

OPER. — Já houve algumas tentativas de criar organizações dos trabalhadores na fábrica, tentativas essas que foram boicotadas pelo director e seus laçaios que chegou ao ponto de destituir uma comissão de trabalhadores eleita. Depois disso não existe qualquer organização que defenda verdadeiramente os trabalhadores.

Por outro lado as lutas partidárias que se têm travado dentro da fábrica no seio dos trabalhadores e das próprias comissões têm contribuído bastante para a saturação e desmobilização dos mesmos.

Na minha opinião só com um grande trabalho de dinamização e quando os trabalhadores tomarem consciência que a repressão é real e é sobre a totalidade dos trabalhadores é que haverá condições para uma organização da classe dentro da fábrica.

CONSTRUAMOS A UNIDADE
REVOLUCIONÁRIA

A célula do PRP na CUF (Barreiro) acaba de fazer sair um comunicado em que depois de analisar a actual situação política, propõe como única alternativa capaz de sustentar o avanço do fascismo a construção de uma forte unidade revolucionária:

Há largos meses que o PRP vem alertando para o perigo real de um golpe fascista, golpe que virá concluir o trabalho do golpe reaccionário do 25 de Novembro.

Hoje, para as mais variadas forças políticas antifascistas (algumas das quais nos acusaram, então, de alarmistas) e para a grande maioria dos trabalhadores, o perigo real do fascismo é evidente.

Até mesmo o Partido Socialista (que através da sua política de conciliação,

cedência e traições a muitos trabalhadores que foram e são seus militantes de base, muito tem contribuído para o actual perigo), já reconheceu pela boca de Mário Soares que existe a possibilidade real de um golpe fascista.

MAS SERÁ O FASCISMO INEVITÁVEL?

NÃO, CAMARADAS. O fascismo não é inevitável. Se nós, trabalhadores, formos capazes de evitar o sectarismo,

pondo de parte o pouco que nos divide, dando força a tudo o que nos UNE, e nos organizarmos evitaremos o fascismo.

O mesmo será dizer: se formos capazes de construir uma forte UNIDADE REVOLUCIONÁRIA, o fascismo será destruído.

MAS QUAL UNIDADE?

— A que seja controlada por um partido?

— A que qualquer partido maneje conforme as suas conveniências?

NÃO, CAMARADAS. Uma forte unidade revolucionária só será forjada se os trabalhadores assumirem, através dos seus órgãos de classe, como direcção política, a hegemonia de um forte movimento de massas. A UNIDADE REVOLUCIONÁRIA constrói-se a partir da base, a partir dos locais de TRABALHO E DE HABITAÇÃO: Uma forte UNIDADE terá que passar forçosamente pela unificação de todos os trabalhadores, independentemente de pertencerem ao partido A ou B. Terá que passar pelo assumir de formas de SOLIDARIEDADE ACTIVA com os

nostros irmãos de classe em luta, sejam eles os pescadores, os têxteis, os metalúrgicos, a construção civil, os trabalhadores da Função Pública, os padeiros, os trabalhadores das empresas intervencionadas, a defesa da reforma Agrária, etc.

Porque senão desenvolvermos a Solidariedade activa, as nossas lutas serão isoladas e a recuperação capitalista será um facto e o fascismo vingará.

Uma forte UNIDADE REVOLUCIONÁRIA forjar-se-á saltando dos locais de trabalho para a luta UNITÁRIA nas ruas, pela saída dos C.C.T.s, por melhores condições de vida, por uma in-formação ao serviço dos trabalhadores, contra o fascismo, etc...

Para tal há que criar COMITÉS DE LUTA UNITÁRIOS que não sejam só uma forma de luta anti-fascista pontual, mas que terão de passar, forçosamente para formas de luta consequentes que levem à preparação dos trabalhadores para o confronto inevitável com as forças fascistas.

DESPEDIMENTOS NA CPTP (Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários)

Cerca de 30 trabalhadores efectivos da empresa C.P.T.P. Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários, com obras nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, foram despedidos no dia 17 de Fevereiro, alegando a referida empresa o fim do contrato, o que não se pode aceitar como explicação visto a empresa ter trabalho para muito tempo devido à iniciação dos trabalhos para o novo porto de mar.

O «Revolução» entrevistou um trabalhador despedido:

Revolução — Quantos trabalhadores tem a empresa aqui em Viana?

Trabalhador — Tem cerca de 140 operários.

Revolução — Qual o motivo do vosso despedimento?

Trabalhador — A entidade patronal alegou que não havia trabalho, o que não é verdade, e que o contrato havia terminado, o que também não é verdade visto estarmos na empresa como trabalhadores efectivos e não como contratados.

Revolução — Que categoria profissional tinhas na empresa, e qual a dos restantes trabalhadores despedidos?

Trabalhador — A minha categoria era a de servente e os outros trabalhadores estavam como serventes, carpinteiros e pedreiros.

Revolução — A que sindicato pertencem os trabalhadores despedidos?

Trabalhador — Ao sindicato da Construção Civil.

Revolução — O sindicato foi contactado para intervir? Que posição tomou face aos despedimentos?

Trabalhador — Sim o sindicato foi contactado, tendo apenas o advogado do sindicato tomado a posição de que considerava o despedimento nulo, visto os trabalhadores estarem como efectivos e não como contratados. A empresa só quer pagar 6 dias por ano de indemnização o que não está correcto. Aquilo a que nós temos direito é a um mês de indemnização por ano, como todos nós temos mais de dois anos de empresa, temos direito a três meses de indemnização.

Revolução — Que posição tomou a CT da empresa?

Trabalhador — A posição que tomou a CT foi distribuir um comunicado na empresa e também à população da cidade. Neste momento desconheço outra posição que ela tivesse tomado visto ultimamente não me ter deslocado à empresa.

Revolução — Já se tinha passado antes alguma luta na empresa em que trabalhavas?

Trabalhador — Sim, nós já estivemos em greve em Novembro de 75 pelo aumento salarial.

Revolução — Alguns dos operários despedidos é delegado sindical ou pertencia à CT?

Trabalhador — Nenhum trabalhador despedido pertencia à CT ou exercia qualquer actividade sindical.

Revolução — Sabes se os trabalhadores que ficaram na empresa tomaram alguma posição de solidariedade face aos vossos despedimentos?

Trabalhador — Quando soubemos que íamos ser despedidos tentámos organizar-nos para arranjar-nos uma forma de luta, reivindicando assim os nossos postos de trabalho. Mas como não havia união entre os trabalhadores tal não foi possível. Deste modo quando fomos despedidos não houve qualquer apoio organizado dos trabalhadores, embora houvesse trabalhadores que se manifestaram contra os despedimentos. Os despedimentos foram verbais e não por carta, mandando-nos ir ter ao escritório onde tomámos conhecimento da tralhuice que nos tinham feito em nos dizer que o contrato terminava nessa altura.

Revolução — Como trabalhador o que pensas da situação política e da tua situação de desemprego que terás de enfrentar, que na realidade é da de muitos milhares de trabalhadores?

Trabalhador — Aquilo que acho é que o governo devia tomar uma atitude de favor dos trabalhadores o que na realidade a meu ver não acontece. Quanto à minha posição que terei de enfrentar como desempregado é que ela vai ser desesperante devido a não podermos viver sem trabalho. Se quando trabalhava já dificilmente se fazia frente ao aumento de custo de vida, a partir de agora ainda vai ser mais difícil conseguirmos enfrentar a actual situação.

CONSTRUÇÃO CIVIL MANIFESTO

À POPULAÇÃO AOS TRABALHADORES

Porquê a luta dos trabalhadores da Construção Civil?

Como é do conhecimento dos trabalhadores e de todo o povo português o custo de vida tem subido assustadoramente, o poder de compra cada vez é mais reduzido para a população em geral, a recuperação capitalista está a ser um facto concreto neste País.

Os trabalhadores da Construção Civil desde 15 de Junho de 1974 que não vêem os seus salários aumentados nem as suas condições de vida melhoradas.

Por isso, diminuíram o seu poder de compra.

Por outro lado têm aumentado as contribuições e impostos aos trabalhadores, Previdência, Imposto Profissional, etc. o que neste momento leva a que os trabalhadores recebam menos salário do que recebiam em 1974.

E mais...

Se tivermos em conta que a proposta de contrato foi entregue em 15 de Maio de 1975 e que as associações patronais sempre se recusaram a negociar com os sindicatos, e que os governos desde essa DATA TAMBÉM NÃO TOMARAM POSIÇÃO SOBRE O ASSUNTO; O QUE PODIAM TER FEITO AO ABRIGO DAS LEIS VIGENTES:

Tendo ainda em conta que as associações punham como condição fundamental para aplicação das tabelas salariais várias «facilidades» tais como despedimentos, contratos a prazo, etc., que neste momento já as obtiveram.

Não podem os trabalhadores da Construção Civil ficar indiferentes perante toda esta situação.

Por isso, os trabalhadores da Construção Civil entram em luta no dia 3 de Março de 1977 com a paralisação do trabalho durante toda a parte de tarde com os seguintes objectivos:

- 1.º — PELA IMEDIATA ENTRADA EM VIGOR DAS TABELAS SALARIAIS
- 2.º — PELA NEGOCIAÇÃO DO CLAUSULADO COM O PATRONATO
- 3.º — CONTRA A SABOTAGEM PATRONAL ÀS NEGOCIAÇÕES
- 4.º — CONTRA OS DESPEDIMENTOS

A LUTA CONTINUA!

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

A Comissão Negociadora Sindical



APELO DOS TRABALHADORES DA MAIVEST

Continuação da pág. 11

a realização do plenário, fazem uma manobra divisionista, utilizando ameaças, lembrando aos trabalhadores: o desemprego e convidando alguns a furar a greve. Na sequência desta manobra há um grupo de furagreves que começa a trabalhar no dia 25/2 de manhã. Entre estes encontra-se uma lacaia que à saída deste mesmo dia agride à navalhada uma trabalhadora.

São estas as consequências da

manobra dos patrões que conseguem levar a lacaia a esta agressão.

Entretanto, no mesmo dia, os patrões numa manobra tendente a intimidar os trabalhadores em greve, chamam a G.N.R., alegando que se encontravam à porta da fábrica 200 a 300 pessoas que os impediam de sair, sendo assim necessário a G.N.R. para os escoltar e aos seus lacaios. Constituiu esta manobra uma provocação aos trabalhadores, já que somente se encontrava à porta da fábrica o pique-

te de greve.

Camaradas:

A luta dos trabalhadores da Maivest é a luta de todos os trabalhadores, hoje por nós amanhã por vós.

Apelamos à solidariedade de todos os camaradas das fábricas da zona, assim como de todas as comissões de trabalhadores.

O apoio à nossa luta tem de se fazer de várias maneiras!

Apelamos à mobilização e solidariedade constante de camaradas à nossa luta. A solidariedade com a nossa luta é também necessária em termos de recolha de fundos, para podermos comer.

— A luta continua!

— Unidos e organizados venceremos!

— Contra a violência dos patrões, a força organizada dos trabalhadores!

internacional

REPÚBLICA ÁRABE PRIMEIRO

Realizou-se no passado dia 25 de Fevereiro no Instituto Superior Técnico o 1.º comício de solidariedade com o povo saharauí e a República Árabe Saharauí Democrática promovida pelo Comité Português de Apoio à Frente Polisário.

Assistiram cerca de uma centena de pessoas, e da mesa que dirigiu este comício-debate faziam parte entre outros, um representante da Frente Polisário, um representante do MPLA, representantes do Comité organizador e o prof. Piteira Santos.

Quando ainda estava a ser feita uma pequena alocução explicando os motivos da realização deste debate-comício, explodiu uma bomba junto à Associação de Estudantes, perto da sala onde aquele estava a decorrer provocando forte estrondo, que nem por isso amedrontou os assistentes. Na verdade, as intervenções dos componentes da mesa sucederam-se normalmente o que frustrou a tentativa sabotadora e intimidatória dos fascistas, se é que eles visavam a realização deste comício de solidariedade internacionalista.

Depois de um representante do Comité de Apoio ter feito um pequeno histórico da luta que o povo saharauí tem desenvolvido desde o início da colonização pela sua emancipação, falou o representante da Frente Polisário.

Este camarada focou inicialmente toda a espécie de crimes e tentativas de aniquilamento que os governos marroquino e mauritano têm desenvol-

vido, dando especial relevo à utilização de «napal» e destruição sistemática de toda e qualquer forma de vida no antigo Sahara Ocidental, agora República Árabe Saharauí Democrática. Tratou depois o representante da Frente Polisário da forma como esta Frente tem levado a cabo a sua luta, que é a luta de todos os povos oprimidos e colonizados, contra o imperialismo e o colonialismo. Salientou ainda que depois de um curto período em que o povo saharauí e a sua vanguarda revolucionária — a Frente Polisário, — tiveram de recuar estrategicamente, a luta desenvolveu-se com a Frente Polisário a tomar a iniciativa, e, neste momento, já se encontram vastas zonas libertadas.

Falaram depois outros participantes, salientando aspectos diferentes mas não menos importantes da luta do povo saharauí, e estabelecendo-se uma relação de solidariedade com o povo português na luta contra o colonialismo, assim como no aspecto geo-estratégico que desempenha um papel muito importante para o imperialismo.

Depois de algumas intervenções de assistentes, e explicações dadas pelo representante da Frente Polisário, foi lida uma mensagem que foi portadora uma delegação do Comité Portu-

O P.F.P. SAÚDA A FRENTE POLISÁRIO

E A REPÚBLICA ÁRABE SAHARAUÍ DEMOCRÁTICA (RASD)

Na passagem do primeiro aniversário da proclamação da República Árabe Saharauí Democrática (RASD), o Partido Revolucionário do Proletariado vem associar-se ao Povo Saharauí e à sua vanguarda revolucionária, a Frente Polisário. Neste momento significativo da luta de classes em todo o mundo, e quando as lutas de libertação dos povos oprimidos, pelo jugo colonialista e imperialista atingem um ponto alto, o PRP reafirma a sua solidariedade internacionalista com a luta do povo Saharauí e com a sua vanguarda revolucionária — A Frente Polisário — Pela sua libertação total. A nossa comum e firme disposição de luta, contra o mesmo inimigo serão um contributo fundamental para a libertação dos nossos povos.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS
A DIRECÇÃO DO PRP

guês de Apoio à Frente Polisário que se deslocou à Argélia e zonas libertadas do território saharauí, para participar nas 1.ªs comemorações da proclamação da República Árabe Saharauí Democrática.

Finalmente, foi salientado que apesar de terem sido enviados convites a todos os partidos políticos de esquerda (incluindo o PS), apenas duas dessas organizações estiveram presentes, das quais uma foi o PRP, tendo sido lida a mensagem de saudações enviada pela Direcção do PRP.

O comício terminou com o apelo feito a todos os presentes, e através destes a todos quantos estejam conscientes da dura luta que se está a travar no antigo Sahara Ocidental pela libertação do seu povo, que colaborem activamente nessa luta organizando-se entre si no sentido de auxiliarem de todas as formas possíveis os combatentes da Frente Polisário. Todos os contactos com o Comité Português de Apoio à Frente Polisário podem ser feitos através do CIDAC, onde funciona actualmente.

EXTRACTOS DO MANIFESTO DO COMITÉ DE APOIO À FRENTE POLISÁRIO

No dia 14 de Novembro de 1975 o governo espanhol cedeu o território do Sahara Ocidental aos regimes marroquino e mauritano, desrespeitando o direito à autodeterminação do povo sahariano. Na sequência do ilegal «Acordo Tripartido de Madrid», as tropas marroquinas e mauritanas invadiram o país e promoveram a sua divisão, ao mesmo tempo que ambos os regimes tentavam levar a opinião pública a acreditar que o povo sahariano não existia e que a «população» do território se preparava para os aclamar como «libertadores».

A invasão das tropas marroquinas e mauritanas caracterizou-se, desde o primeiro momento, por atentados aos mais elementares direitos do homem e por bárbaros massacres. Nas cidades, Centenas de patriotas saharianos foram presos e torturados enquanto, no deserto, as tribos nómadas sofriam uma pura e simples tentativa de genocídio: a aviação de Hassan II bombardeava com napal e fósforo os acampamentos enquanto as suas tropas, ao localizarem os mesmos,

procediam ao extermínio de todos os animais, ao envenenamento dos poços de água e a violência de toda a espécie contra a população.

Apesar da grande superioridade numérica e material das forças invasoras, o povo sahariano, dirigido pela Frente Popular para a Libertação de Saguia el Hamra e Rio do Ouro (F. POLISÁRIO), vem levando a cabo uma crescente e bem sucedida, resistência. Após um ano de duros combates o Exército Popular conseguiu, segundo o testemunho de vários jornalistas que puderam acompanhar as suas forças que operam no interior do Sahara, libertar a maior parte do território reduzindo os agressores a uma situação de defesa estática dos centros urbanos e de alguns postos militares. No entanto a agressão continua e os invasores não cessam de perpetrar novos crimes contra o povo sahariano.

O Comité de Apoio à Frente Polisário tem como objectivo contribuir para consciencializar o povo português sobre a situação no Sahara e

organizar uma ampla campanha de apoio político e material à luta do povo sahariano. Será um organismo rigorosamente unitário e independente, cujo único compromisso político e material é o da solidariedade para com o povo do Sahara democrático e o seu legítimo representante, a F. Polisário.

Apelamos para todo o povo português no sentido de aderir a uma ampla campanha pela:

— Condenação do Acordo Tripartido de Madrid, contrário aos direitos humanos e à autodeterminação dos povos;

— Apelo a todas as instâncias internacionais, em particular à ONU, à OUA, à organização dos países Não-Alinhados, e às organizações de cunho humanitário, no sentido de intensificarem a sua pressão diplomática sobre os regimes marroquino e mauritano para que retirem as suas tropas agressoras do solo sahariano e reconheçam o direito à autodeterminação do seu povo;

— Apelo aos povos marroquino e mauritano no sentido de lutarem con-

tra uma agressão que contraria os seus interesses e só lhes pode trazer sofrimentos e privações, pois corresponde unicamente às ambições expansionistas de regimes despóticos e minorias exploradoras;

— Denúncia do apoio militar massivo às tropas invasoras por parte, sobretudo, dos governos norte-americanos e francês e do saque por parte dos monopólios imperialistas «Krupp» (alemão), «Banque de Paris et des Pays Bas» (franco-holandês), «Rostschil» (franco-norte-americano) e «Alusuisse» (suíço) que juntamente com o «Instituto de Estudos Geológicos de Espanha» que promove o saque das riquezas naturais da RASD, muito particularmente, das jazidas de fosfato de Bucraa.

— Reconhecimento diplomático da República Árabe Sahariana Democrática e reconhecimento político da Frente pela Libertação de Saguia el Hamra e Rio de Ouro, o único representante do povo sahariano.

SAHARAUI DEMOCRÁTICA

ANIVERSÁRIO

ALGUMAS NOTAS SOBRE A FRENTE POLISÁRIO

1 O QUE É A RASD?

A RASD (República Árabe Saharaui Democrática) foi proclamada a 27 de Fevereiro de 1976 pela Frente Polisário. Tem 284 000 quilómetros quadrados de extensão e uma população avaliada em 750 000 habitantes. É limitada, a Norte por Marrocos, a Leste, pela Argélia e a Mauritânia, a Sul igualmente pela Mauritânia e, a Oeste pelo Oceano Atlântico. Ou seja:

Ocupa o espaço correspondente ao Sara Ocidental, a área geralmente conhecida como «antigo Sahara espanhol».

Os centros populacionais mais importantes emoutras zonas do território estão ocupadas pelas tropas invasoras de Marrocos e Mauritânia.

2 O QUE É A F. POLISÁRIO?

A Frente Popular de Libertação de Sanguia El Hamra e Rio do Ouro (F. Polisário) é o movimento de libertação do povo saharauí e foi fundada a 10 de Maio de 1973.

Nessa altura e pelo Congresso constitutivo congregaram-se todas as forças patrióticas que lutavam contra o colonialismo espanhol tendo sido fixados objectivos a curto prazo (enquadrar as massas dispostas a lutar pela independência e reforçar os laços com as nações árabes) e a mais longo prazo: a libertação do território, a criação de um regime republicano, a nacionalização da economia e uma justa distribuição da riqueza por todos os explorados saharauis. Visa-se também dar uma vida digna a todo o povo, restabelecer os direitos sociais e políticos da mulher. Quanto a política externa a F. Polisário propõe-se «fazer parte da revolução árabe e do movimento de libertação nacional e democrático mundial, apoiar os povos que lutam contra o colonialismo, e neocolonialismo, o racismo e o sionismo».

«Há quem nos pergunte se somos marxistas-leninistas, próchineses, e outras coisas mais», dizia há tempos um dirigente da Frente «A verdade é que isto nos faz sorrir. Nós somos nós próprios, árabes e terceiro-mundistas e é tudo». O programa de acção aprovado no segundo congresso, termina dizendo que a guerra é garantida pelas massas». O actual Secretário-Geral, eleito no III Congresso para substituir o mártir El-Quall, é o camarada Abdelaziz

3 O QUE É O COMITÉ PORTUGUÊS DE APOIO À FRENTE POLISÁRIO?

Formado em Dezembro de 1976 por um grupo de patriotas anti-colo-

nialistas, o Comité Português de Apoio à Frente Polisário, segundo o manifesto divulgado na altura da formação «tem como objectivo consciencializar o povo português sobre a situação no Sahara e organizar uma ampla campanha de apoio político e material à luta do povo saharauí».

É um organismo rigorosamente apertidário, unitário e independente, cujo único compromisso político e material é o da solidariedade para com o povo do Sahara democrático e o seu legítimo representante, a F. Polisário. Constituem-no diversas personalidades e simples cidadãos, sempre a título individual e internacionalista e propõe-se abrir delegações ou comités locais noutras cidades do País e fazer uma frente comum de solidariedade activa com organizações porventura existentes e que se proponham igualmente apoiar a luta do povo da República Árabe Saharaui Democrática

4 QUE LUTA SE TRAVA ACTUALMENTE NA RASD?

A F. Polisario lutava já, e até à retirada da tropa colonial espanhola, em finais de 1976, pela independência total e completa. Com a traição cometida em Madrid e a autêntica venda pelo fascismo espanhol do território do Sahara aos grupos monopolistas internacionais e às multinacionais dos fosfatos, representadas pela Mauritânia e Marrocos, a F. Polisário e o povo tiveram que mudar de inimigo

mas continuar a luta

Agora combate-se contra a ocupação marroquina e mauritana mas o objectivo é sempre o mesmo: a autodeterminação e independência. A luta desenvolve-se em dois níveis: militarmente, em acções diárias bem sucedidas contra os invasores, seja no território do Sahara seja na retaguarda (Marrocos e Mauritânia), estando o inimigo progressivamente isolado nos centros fortificados; diplomaticamente, a F. Polisário está a conseguir, também êxitos sobre êxitos, sendo já reconhecida a independência por 10 países entre os quais Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. A ONU já reconheceu, igualmente, o direito do povo do Sahara Ocidental à sua autodeterminação e a OUA vai reunir brevemente para decidir sobre a questão embora já reconheça a F. Polisario como único e legítimo representante do povo do Sahara

5 QUE INTERESSES MOVEM OS IMPERIALISTAS NA REGIÃO?

Ao encarnicarem-se contra os patriotas saharauis e ao fornecerem tanques, aviões, canhões e «napal» às tropas invasoras, os imperialistas sabem bem que a luta no Sahara Ocidental ultrapassa em muito uma simples batalha pela liberdade de um punhado de homens, uma infima parte da população do planeta.

A possibilidade de uma república popular e democrática no Sahara representaria, em primeiro lugar, a con-

solidação do que se chamará o Magreb dos povos

Na mira dos seus canhões e tanques, os imperialistas vem em segundo lugar, a possibilidade de reforçar a cintura de segurança do Mediterrâneo e da rota do petróleo, completando as bases de Marrocos, Açores, Canárias e Espanha e suprindo as bases que perderam em Cabo Verde. O regime reaccionário e repressor marroquino evita, por seu lado, o cerco de países progressistas e aspira a durar mais alguns anos

Do ponto de vista económico, as enormes reservas de fosfatos do Sahara, especialmente em Bu Craa, não sairiam da órbita imperialista e Marrocos ficaria com o quase monopólio mundial. Isso tem importância pois liga-se, directamente, à produção de trigo, um cereal de larga importância estratégica futura. Além disso, a costa é enorme bem povoada de peixe, e no sub-solo há indícios de reservas importantes de petróleo, urânio, ferro e cobre

6 PORQUE DEVE O POVO PORTUGUÊS EMPENHAR-SE NO APOIO A F. POLISÁRIO?

Ninguém como o povo português pode compreender a injustiça de uma guerra colonial e os máleficos que dela resultam: está por isso em condições de apoiar o povo marroquino e mauritaniano no combate aos seus governos reaccionários que lhe trazem a miséria através das guerras expansionistas. Ninguém como o povo português, e especialmente os soldados que fizeram a guerra de África, está em condições de compreender a justiça da luta do povo do Sahara e as condições ingratas em que este povo se bate pela sua libertação. O povo português começa também, a compreender o cortejo de misérias e sofrimentos que lhe preparam os que tentam atrelá-lo à Europa capitalista, oprimida e em crise permanente

A luta global do terceiro-mundo pela sua independência política e económica é também a nossa luta. E dentro desta luta global, o interesse do povo português aponta para a solidariedade e o apoio aos povos progressistas da África; aponta para uma unidade de combate com os povos da África Ocidental que nos estão mais próximos, geográfica e culturalmente; aponta para um apoio à luta dos partidos progressistas do Magreb ao Cabo; aponta para a solidariedade com o PAIGC, o MPLA, o MLSTP e a FRELIMO. Nesta hora de luta armada e combate diplomático, o interesse do povo português aponta para o apoio internacionalista à Frente Polisário.

O povo do Sahara resiste!



Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

EDITORIAL

TRABALHADORES DO COMÉRCIO CONTRA NOVOS HORÁRIOS

Realizou-se no passado dia 28 uma manifestação de trabalhadores de Comércio contra um recente decreto-lei do Governo que pretende alargar o horário de abertura dos estabelecimentos comerciais, que passaria a ser das 8 às 22 horas durante todos os dias da semana.

Esta medida, como salienta o comunicado dos trabalhadores do comércio do distrito de Lisboa pretende «anular uma vitória alcançada através de duras lutas que tiveram como momento mais saliente a grande manifestação dos Caixeiros, em Lisboa, em 1971.

Nesta data, fazendo face à violência e ao despotismo fascista, suberam os trabalhadores por firme resistência aos propósitos do Decreto-Lei 56/73, que pretendia a reabertura dos estabelecimentos aos sábados à tarde.

Vitória tão dificilmente alcançada como foi a semana das 44 horas em Março de 1971 não poderão jamais os trabalhadores consentir em serem dela despojados nem por força de qualquer decreto nem por decreto imposto por qualquer

força».

A manifestação partiu do Rossio, antecedida por uma concentração — comício naquele local, e dirigiu-se a S. Bento, onde elementos da direcção do Sindicato se encontraram com António Barreto, que lhes garantiu que o novo horário não entraria em funcionamento sem acordo prévia entre as câmaras municipais, patronato e sindicatos.

Foi entregue ao ministro uma moção aprovada na concentração em que os trabalhadores ai presentes declaram não aceitar a decisão do Governo sem haver consulta à classe e não abdicar da uemana inglesa, e denunciam a actividade do Governo.

Conforme é dito num comunicado de trabalhadores do sector «só ao grande patronato esta medida pode interessar. Não é pelos estabelecimentos estarem abertos mais tempos que aumenta o poder de compra dos trabalhadores, e aos turistas certamente

não faltará tempo para fazerem as compras durante o dia.

As medidas anunciadas recentemente vão até no sentido de reduzir consumos: o prolongamento do horário de abertura só pode ser vantajoso para o grande patronato que, tendo possibilidades de organização turnos, ficaria em vantagem face aos pequenos e médios comerciantes. Para estes últimos a medida pode significar novas dificuldades que, a curto prazo, se iriam reflectir na estabilidade do emprego de muitos trabalhadores do comércio».



Festival de Cinema REVOLUÇÃO

Realiza-se nos próximos dias 3, 4 e 5 de Março o festival de cinema promovido pelo jornal «Revolução» destinado a comemorar a publicação do seu 100.º número, que tinha sido anunciado para a última semana e que teve que ser adiado.

Os filmes a ser projectados são os seguintes

DIA 3/3 — «DIREITO À HABITAÇÃO»
— «ATADEIRAS DE PENICHE»

DIA 4/3 — «UMA FAMÍLIA ALENTEJANA»
— «NAS CER, VIVER E MORRER»

DIA 5/3 — «OS CAMINHOS DA LIBERDADE»
— «UMA ALZIRA COMO TANTAS OUTRAS»

Todas as sessões terão lugar às 21 e 30 na UPEL (Universidade Proletária Ernesto e Luís) na Av. 5 de Outubro n.º 68 e a entrada é grátis.

Realizar-se-á ainda na próxima 2.ª-feira, dia 7 de Março, também na UPEL às 21 e 30, um debate sobre o «REVOLUÇÃO»

Se alguém esperava que o discurso de Mário Soares elucidasse a situação criada nos últimos dias, decerto que se enganou. O primeiro-ministro mais não fez do que repetir noutro tom as declarações de Medina Carreira e Manuel Alegre na noite mesmo em que foi anunciada a desvalorização do escudo. E acerca das três podemos chegar à mesma conclusão — tentativas vãs de enganar a população trabalhadora, sobrecarregada com as consequências desta crise económica imparável.

Todos tentaram demonstrar os benefícios da desvalorização do escudo, falando apenas nalgumas desvantagens... E a única verdade, é que a desvalorização do escudo é uma imposição dos EUA, em relação ao empréstimo que hão-de fazer a Portugal.

Aliás este empréstimo é uma das avançadas que determinam a sequência dos acontecimentos políticos em Portugal. O Governo PS, que de socialista só tem o nome, tem vendido o país ao imperialismo. Tem sido o governo que efectivamente tem aberto caminho à recuperação capitalista.

Mas o que a burguesia discutirá entre si é se o Governo PS ainda serve nos tempos mais próximos ou se é necessário substituí-lo de imediato. Nesse aspecto é bom que se observe que a fogueira dos Kaulzas, dos Corréios, dos bombistas de Caxias, não corresponde à preparação dum golpe fascista imediato. Mas esse golpe pode ser preparado pelo terreno propício que lhe pode criar uma nova fase no Poder, que é aquela que se poderá seguir ao Governo PS. A verdade é que este ou se vai remodelar, sublinhando o seu carácter direitista, ou será substituído de imediato por um governo presidencialista, onde na boa harmonia com membros do CDS e do PPD, os ministros PS obedecem a um enanismo que será o regime forte, que tal como o de Sidónio, se antecipe ao fascismo. E não será Freitas do Amaral um «bom» ministro das finanças que, fazendo-nos evocar meio século atrás, nos lembra outro professor, igualmente prestigiado entre a burguesia beata?

Será um novo Sidónio e um Salazar que nos esperam, ou será que os trabalhadores e os revolucionários encontrarão força para se oporem a esse destino? Para tal é bom que contem com as suas próprias forças; mas não poderão deixar de encontrar aliados entre aqueles que dentro do Poder se opõem a marcha para o fascismo. Esses, que no Poder político-militar fizeram a complexa e contraditória caminhada destes três anos, têm que demonstrar agora muito claramente de que lado estão. Já não há mais fugas; todos os falsos caminhos desembocam em becos nos quais encontrarão a sua própria liquidação.

Mas se a situação não está ainda definitivamente inclinada para o Imperialismo, há que contar com o Poder que este tem ao nível militar dos Estados Maiores e dos Comandos das Regiões. E temos também de compreender que o inimigo tem um aparelho de informação e contra a informação.

É esse Poder e esse aparelho que foram desencadeados durante a última semana, quando, tomando pretexto no caso do Regimento de Extremoz, no caso de pretensas infiltrações na Região do Centro, no caso das informações no «Diário de Lisboa» sobre essa mesma região, e no caso de Notícias do «Página Um», foi desenvolvida uma chuva de provocações contra a esquerda, contra a imprensa antifascista, contra soldados, contra oficiais. O Poder precisa de ir limpando antes de avançar para formas mais drásticas.

Mas entretanto, quase a três anos do 25 de Abril, pergunta-se: quem comemora este ano essa data? Estarão no banco dos réus os oficiais do Movimento e sentados no palanque aqueles que o julgam, aqueles que o saneiam, que são os que não têm nada a ver com a queda do fascismo? Quem comemorará e o quê, a 25 de Abril? Será a queda do fascismo ou o regresso de um novo fascismo? Para que tal se não dê é necessário que nos unamos todos numa larga unidade antifascista.